

Aula 10

*Unioeste (Contador) Contabilidade
Pública - 2023 (Pós-Edital)*

Autor:
Gilmar Possati

20 de Julho de 2023

Índice

1) Demonstração das Variações Patrimoniais - Teoria	3
2) Demonstração das Variações Patrimoniais - Questões Comentadas	15
3) Demonstração das Variações Patrimoniais - Lista de Questões	48



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Definição

Nos termos da Lei n. 4.320/64, art. 104:

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

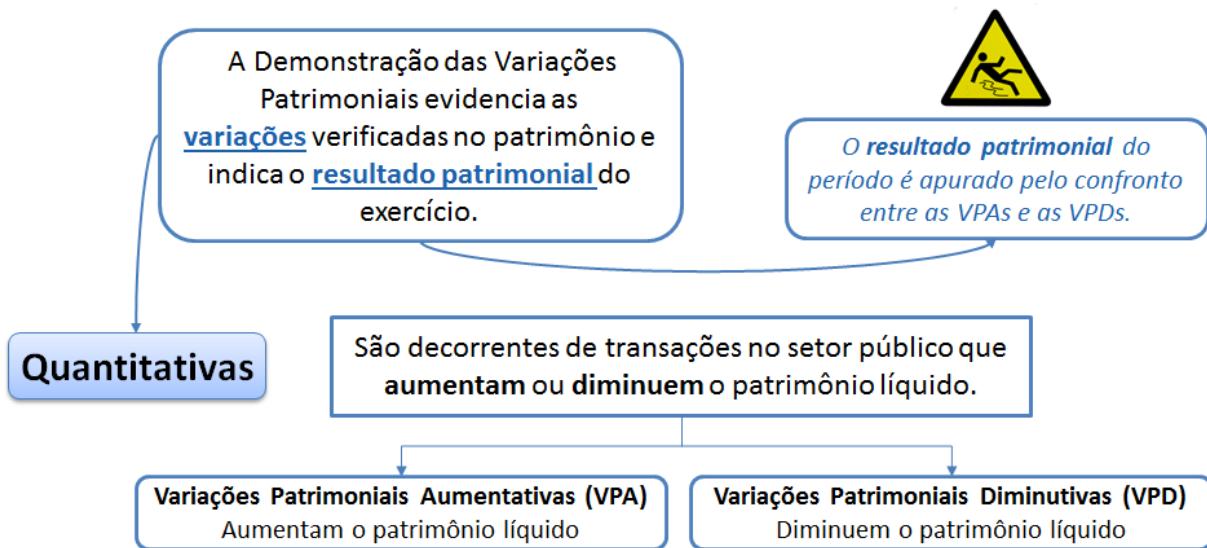
Segundo o modelo da Lei n. 4.320/64, as variações são segregadas em resultantes e independentes da execução orçamentária.

Já segundo o modelo do MCASP, as variações são segregadas em quantitativas aumentativas e quantitativas diminutivas.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Vale lembrar que as variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

Esquematicamente, temos:



Elaboração

Segundo o MCASP, a DVP será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente.

Os itens de VPA e VPD **não** devem ser compensados, exceto quando exigido ou permitido por norma específica.

Caso haja contas intraorçamentárias (nível de consolidação 2), estas devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente. Entretanto, se a DVP se referir apenas às contas de um órgão, uma entidade ou uma empresa pública, então não há exclusão das contas intraorçamentárias.

De acordo a NBC TSP 11, a demonstração do resultado¹ (aqui denominada demonstração das variações patrimoniais – DVP) deve incluir itens que apresentam os seguintes valores do período contábil:

- receita, correspondente às variações patrimoniais aumentativas;
- despesa, correspondente às variações patrimoniais diminutivas;
- parcela do resultado de coligadas e empreendimento controlado em conjunto mensurada pelo método da equivalência patrimonial;
- ganhos ou perdas antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamento de passivos relativos a operações em descontinuidade; e
- resultado do período.

Devem ser divulgados, ainda, como alocações do resultado do período:

- resultado atribuível aos acionistas não controladores; e
- resultado atribuível aos acionistas controladores da entidade.

Outros itens e contas, títulos e subtotais devem ser apresentados na demonstração do resultado quando tal apresentação for relevante para a compreensão do desempenho financeiro da entidade. Os fatores a serem considerados incluem a materialidade, a natureza e a função dos componentes das VPA e VPD.

¹ A NBC TSP 11 traz a denominação de **Demonstração do Resultado**. No entanto, considerando a Lei n. 4.320/64, considera-se a **Demonstração das Variações Patrimoniais** como sendo a Demonstração do Resultado citada no contexto da NBC TSP 11 (norma convergida aos padrões internacionais).



Estrutura

Estrutura segundo a Lei n. 4.320/64

A seguir podemos visualizar a estrutura da DVP conforme a Lei n. 4.320/64:

Demonstração das Variações Patrimoniais	
Variações Ativas	Variações Passivas
Decorrentes da Execução Orçamentária	
Receitas Orçamentárias Receitas Correntes Receitas de Capital	Despesas Orçamentárias Despesas Correntes Despesas de Capital
Interferências Ativas Cota Recebida Repasso Recebido Sub-repasso Recebido	Interferências Passivas Cota Concedida Repasso Concedido Sub-repasso Concedido
Mutações Ativas Aquisição de bens e direitos Amortização da Dívida Passiva	Mutações Passivas Alienação de bens e direitos Operações de Crédito – Dívidas Passivas
Independentes da Execução Orçamentária	
Receitas Extraorçamentárias	Despesas Extraorçamentárias
Interferências Ativas Transferências Financeiras recebidas p/ atender RP Transferências de Bens e Valores Recebidos	Interferências Passivas Transferências Financeiras concedidas p/ atender RP Transferências de Bens e Valores Concedidos
Acréscimos Patrimoniais Incorporação de bens e direitos Desincorporações de passivos	Decréscimos Patrimoniais Desincorporação de bens e direitos Incorporações de passivos
Resultado Patrimonial Déficit	Resultado Patrimonial Superávit
Total das Variações Ativas	Total das Variações Passivas



Estrutura segundo o MCASP

Conforme destacamos, o modelo do MCASP segregas as variações patrimoniais em quantitativas aumentativas e quantitativas diminutivas.

O MCASP destaca que a DVP tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, o Manual ressalta que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, **o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho**, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Por fim, o MCASP destaca que a DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

A seguir podemos visualizar a estrutura da DVP conforme o MCASP (9ª edição):

<ENTE DA FEDERAÇÃO> DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		Exercício: 20XX	
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Transferências e Delegações Recebidas			
Valorização e Ganhos com Ativos e			
Desincorporação de Passivos			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas			
(I)			
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Transferências e Delegações Concedidas			
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação			
de Passivos			
Tributárias			
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e			
dos Serviços Prestados			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas			
(II)			
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) =			
(I - II)			



Definições (Estrutura MCASP)

A seguir transcrevemos as definições previstas no MCASP, conforme estrutura acima descrita.

Variações Patrimoniais Aumentativas

Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Contribuições

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.



Variações Patrimoniais Diminutivas

Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Comprendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Comprendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de segurança social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.



Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Tributárias

Comprendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados devem ser computados no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuadas nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Notas Explicativas

Nos termos do MCASP, a DVP deverá ser acompanhada de notas explicativas, divulgando separadamente a natureza e valores dos itens **relevantes** que compõem as VPA e as VPD.

O MCASP destaca que algumas circunstâncias poderão ser apresentadas em notas explicativas, ainda que seus valores não sejam relevantes, por exemplo:

- Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções;
- Baixas de itens do ativo imobilizado;
- Baixas de investimento;
- Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação;
- Unidades operacionais descontinuadas;
- Constituição ou reversão de provisões.



Quando a entidade distribui dividendos ou outro item similar para os seus proprietários e possui capital representado por ações, ela deve divulgar, na demonstração do resultado (DVP), na demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) ou nas notas explicativas, o valor de dividendos ou outro item similar distribuídos e reconhecidos como distribuições aos proprietários durante o período e o respectivo valor por ação.

Apresentação de análise das VPDs

A NBC TSP 11 incentiva a apresentação de análise das VPDs utilizando a classificação baseada em dois métodos alternativos: **quanto à natureza ou quanto à sua função dentro da entidade**.

Segundo a norma, deve-se selecionar o critério que proporcionar informação que seja representação fidedigna e seja mais relevante.

O MCASP ressalta que, para tal finalidade, os termos “natureza da despesa” e “classificação funcional” não se confundem com os termos correspondentes utilizados na execução orçamentária.



Como a estrutura do PCASP detalha as VPD conforme a abordagem da natureza, a utilização do método da NATUREZA é OBRIGATÓRIA para todos os entes, sendo facultado publicar, adicionalmente, análise segundo o método da função.

Método da Natureza: segundo esse método, as VPDs são agregadas na DVP de acordo com a sua natureza, como, por exemplo: depreciações, consumo de materiais, despesas com transporte, benefícios a empregados e despesas de publicidade.

O MCASP nos apresenta um exemplo de classificação que usa o método da natureza do gasto, o qual adaptamos aqui:

Receitas	1.000,00
Despesas com benefícios a empregados	(300,00)
Despesas com depreciações e amortizações	(100,00)
Outras despesas	(200,00)
Total das despesas	<u>(600,00)</u>
Resultado	400,00

Método da função: segundo esse método, as VPDs são classificadas de acordo com o programa ou o propósito para o qual elas foram incorridas. Esse método pode proporcionar informação mais relevante aos usuários, mas a alocação de despesas às funções pode exigir alocações arbitrárias e envolver considerável capacidade de julgamento. As despesas (VPDs) associadas às principais funções empreendidas pela entidade são apresentadas separadamente.

Abaixo, adaptamos o exemplo disposto no MCASP de apresentação conforme este método para uma entidade que tem funções relacionadas ao fornecimento de serviços de saúde e educação.



Receitas	2.000,00
Despesas:	
Despesas com saúde	(600,00)
Despesas com educação	(500,00)
Outras despesas	<u>(400,00)</u>
Resultado	500,00

...

Pessoal, para fecharmos a parte teórica relacionada à DVP, cabe destacar alguns conceitos que (ainda) costumam frequentar as provas: são os termos “superveniências”, “insubsistências”, “interferências” e “mutações”.

Antigamente era bem mais comum a exigência desses termos, porém com o advento da nova estrutura da DVP, as exigências arrefeceram, mas ainda frequentam algumas provas e, portanto, precisamos saber alguns detalhes.

Superveniências e Insubsistências

As superveniências e insubsistências são variações patrimoniais que **independem da gestão do patrimônio**. Decorrem basicamente de fatos imprevistos, fortuitos, não planejados e de alterações eventuais.

Cabe destacar que muitas variações patrimoniais são intencionais, ou seja, dependem da gestão do patrimônio. Assim, por exemplo, quando o ente governamental efetua um financiamento as variações patrimoniais decorrem da vontade, da intenção do gestor público.

Por outro lado, as variações “aleatórias”, conforme comentamos, são independentes da gestão do patrimônio. Essas variações são denominadas de superveniências e insubsistências.

Superveniências, grosso modo, são “surgimentos” que impactam o patrimônio. Já as insubsistências são “desaparecimentos” que também afetam o patrimônio público.

Muito bem... prosseguindo no raciocínio temos que entender que esses surgimentos e desaparecimentos podem ser positivos (aumentam o PL) ou negativos (diminuem o PL). Para tanto, a Contabilidade usa os termos “ativa” e “passiva” para evidenciar que se trata respectivamente de algo positivo ou negativo.

Nesse sentido, se estamos diante de uma **superveniência ativa** significa que temos um **aumento do PL**. Por outro lado, **superveniência passiva** significa **diminuição do PL**.

Já do lado da insubsistência temos o mesmo raciocínio, ou seja, **insubsistência ativa** significa um **aumento do PL** e **insubsistência passiva** significa **diminuição do PL**.

Exemplo de insubsistência ativa seria o cancelamento de uma dívida. Veja que nesse caso é algo benéfico, há um impacto positivo no PL.

Como exemplo de uma insubsistência passiva temos a perda total de um veículo. Nesse caso, é algo ruim, há um impacto negativo no PL.

Até aqui tudo tranquilo, não é mesmo? Ocorre que temos um agravante, pois além dessas nomenclaturas acima estudadas, encontramos na doutrina (e nas provas, é claro!) os termos “do ativo” e “do passivo”.

Assim, temos:



Superveniência do Ativo: surgimento de um ativo com **impacto positivo no PL**.

Superveniência do Passivo: surgimento de um passivo com **impacto negativo no PL**.

Insubsistência do Ativo: desaparecimento de um ativo com **impacto negativo no PL**.

Insubsistência do Passivo: desaparecimento de um passivo com **impacto positivo no PL**.



Impacto Positivo no PL (Variações ativas)	Impacto Negativo no PL (Variações passivas)
Superveniência Ativa	Superveniência Passiva
Superveniência do Ativo	Superveniência do Passivo
Insubsistência Ativa	Insubsistência do Ativo
Insubsistência do Passivo	Insubsistência Passiva

Vamos ver como o assunto foi explorado em prova.



(TCE-PR) De acordo com as disposições da Lei n. 4.320/1964 a respeito da demonstração das variações patrimoniais, julgue o item a seguir.

A atualização monetária da dívida é uma superveniência do passivo, pois representa uma variação passiva que independe da execução orçamentária e provoca redução do patrimônio líquido.

Comentários

Na atualização monetária da dívida temos um aumento da dívida a pagar, ou seja, estamos diante de uma superveniência do passivo. Trata-se de uma variação passiva independente da execução orçamentária que impacta negativamente o PL.

Gabarito: Certo

(TCE-PR) De acordo com as disposições da Lei n. 4.320/1964 a respeito da demonstração das variações patrimoniais, julgue o item a seguir.

A inscrição de valores em dívida ativa representa insubsistência do ativo.

Comentários

A inscrição de valores em dívida ativa aumenta o ativo, ou seja, é uma **superveniência ativa ou superveniência do ativo**. Trata-se da incorporação de créditos a receber. É uma variação ativa independente da execução orçamentária.

Gabarito: Errado



(TCE-PR) De acordo com as disposições da Lei n. 4.320/1964 a respeito da demonstração das variações patrimoniais, julgue o item a seguir.

A alienação de ativos por valores idênticos aos contabilmente registrados representa superveniência do ativo.

Comentários

A alienação de bens é uma mutação passiva. Trata-se de um fato permutativo (entra valor no caixa e damos baixa no bem). Na estrutura da DVP segundo a Lei 4.320/64 é classificada como uma variação passiva dependente da execução orçamentária.

Gabarito: Errado

Interferências Ativas e Passivas

As interferências representam aumentos ou reduções no ativo decorrentes do recebimento ou transferência de recursos financeiros intragovernamentais (de um ministério para outro, por exemplo) ou, ainda, do recebimento ou concessão de bens por transferência. Assim, temos:

Interferência Ativa Orçamentária: representa o aumento no ativo decorrente do recebimento de recursos financeiros intragovernamentais (cota recebida, repasse recebido, sub-repasso recebido).

Interferência Ativa Extraorçamentária: representa o aumento no ativo decorrente de: (i) transferências financeiras para atender o pagamento de restos a pagar; e (ii) transferências de bens e valores recebidos.

Interferência Passiva Orçamentária: representa a redução do ativo decorrente da transferência de recursos financeiros intragovernamentais (cota concedida, repasse concedido, sub-repasso concedido).

Interferência Passiva Extraorçamentária: representa a redução do ativo decorrente da concessão de bens por transferência de modo intragovernamental.

Mutações Ativas e Passivas

Como o próprio nome indica, as mutações ativas e passivas são fatos permutativos decorrentes da execução da despesa e receita. Segundo a doutrina, temos os seguintes conceitos:

Mutação Ativa: representa a incorporação de itens do ativo em decorrência da aquisição de bens e direitos ou a desincorporação de itens do passivo em decorrência do resgate de dívidas, ambas vinculadas à execução do orçamento da despesa não efetiva.

As mutações ativas são também denominadas de mutações patrimoniais da despesa.

Mutação Passiva: representa a desincorporação de itens do ativo em decorrência da venda de bens e da conversão em espécie de direitos, bem como a incorporação de itens do passivo em decorrência da realização de operações de crédito, ambas vinculadas à execução do orçamento da receita não efetiva.

As mutações passivas são também denominadas de mutações patrimoniais da receita.





(TCE-PR) De acordo com as disposições da Lei n. 4.320/1964 a respeito da demonstração das variações patrimoniais, julgue o item a seguir.

As mutações ativas são provenientes da execução das despesas orçamentárias efetivas.

Comentários

Conforme estudamos, a mutação ativa decorre da execução de despesas **não efetivas**.

Gabarito: Errado



QUESTÕES COMENTADAS

1. (FGV/Auditor/CGU/2022) Entre as alterações decorrentes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no âmbito do setor público, está a maior correspondência da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) à lógica da Demonstração do Resultado do Exercício, publicada por entidades privadas. Um servidor recém-empossado em uma entidade pública, com larga experiência anterior como contador em uma entidade privada, foi designado para analisar a DVP da entidade em que atua e apresentar suas considerações para composição do relatório de prestação de contas do exercício. Na apresentação, o servidor foi bem assertivo em apontar elementos relevantes para análise e compreensão da DVP, dentre os quais destaca-se que:

- a) a DVP concebe o resultado patrimonial como o principal indicador de desempenho das entidades públicas;
- b) a DVP relativa a uma entidade específica deve excluir as transações de natureza intraorçamentárias;
- c) as variações patrimoniais diminutivas devem ser apresentadas de acordo com o método da natureza;
- d) as variações patrimoniais diminutivas podem ser apresentadas pelo método da função, mediante declaração de política contábil;
- e) na opção pelo método da função, deve ser adotada a classificação funcional utilizada na execução orçamentária.

Comentários

a. **Errado.** Segundo o MCASP,

no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público oferecido promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

b. **Errado.** Segundo o MCASP,

Caso haja contas intraorçamentárias (nível de consolidação 2), estas devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente. Entretanto, se a DVP se referir apenas às contas de um órgão, uma entidade ou uma empresa pública, então não há exclusão das contas intraorçamentárias.

c. **Certo.** Segundo o MCASP,

Como a estrutura do PCASP detalha as VPD conforme a abordagem da natureza, a utilização do método da natureza é obrigatória para todos os entes, sendo facultado publicar, adicionalmente, análise segundo o método da função.

d. **Errado.** Não há essa previsão. Deve ser pelo método da natureza.

e. **Errado.** Segundo o MCASP,

Ressalta-se que, para tal finalidade, os termos “natureza da despesa” e “classificação funcional” não se confundem com os termos correspondentes utilizados na execução orçamentária.

Gabarito: C

2. (FGV/Analista/TCE-TO/2022) Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas diferentes classes de contas definidas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Para a elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), a entidade deve usar as classes de contas relativas a:



- a) atos potenciais ativos e passivos;
- b) fatos permutativos e modificativos;
- c) superveniências e insubsistências ativas e passivas;
- d) variações patrimoniais aumentativas e diminutivas;
- e) variações decorrentes e independentes da execução orçamentária.

Comentários

Segundo o MCASP,

A DVP será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

Gabarito: D

3. (FGV/Perito/PC-AM/2022) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Assinale a opção que indica um fato contábil orçamentário que é demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- a) Inscrição da dívida ativa.
- b) Receita tributária.
- c) Recebimento de cauções.
- d) Compra de estoque.
- e) Recebimento de cota para pagamento de restos a pagar.

Comentários

a. **Errado.** A inscrição em dívida ativa não representa um fato contábil orçamentário (é extraorçamentário) e não é demonstrada na DVP, pois representa uma variação qualitativa.

b. **Certo.** A receita tributária, por ocasião de seu lançamento gera uma VPA. Logo, representa um fato contábil orçamentário evidenciado na DVP.

c. **Errado.** O recebimento de cauções representa um fato contábil extraorçamentário. Trata-se de uma variação qualitativa e, portanto, não é evidenciada na DVP.

d. **Errado.** A compra de estoque representa uma variação qualitativa. Logo, não é evidenciada na DVP.

e. **Errado.** O recebimento de cota impacta o caixa (é um recurso financeiro). Não se classifica como um fato contábil orçamentário.

Gabarito: B

4. (FGV/Analista/TJDFT/2022) Nos termos da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Porém, a NBC TSP11 e o MCASP acrescentam algumas diretrizes para a elaboração dessa demonstração.

Dentre as opções a seguir, a única que está alinhada com as diretrizes do MCASP é:



- a) a adoção do método da natureza na apresentação das variações patrimoniais diminutivas é facultativa para todos os entes;
- b) a DVP será elaborada a partir das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP relativas a informação de natureza patrimonial;
- c) contas intraorçamentárias devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente;
- d) itens de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas devem ser compensados se resultarem em informação mais relevante;
- e) o método da função é uma alternativa para apresentação das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Comentários

a. **Errado.** Segundo o MCASP,

Como a estrutura do PCASP detalha as VPD conforme a abordagem da natureza, a utilização do método da natureza é obrigatória para todos os entes, sendo facultado publicar, adicionalmente, análise segundo o método da função.

b. **Errado.** Segundo o MCASP, a DVP será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

c. **Certo.** Segundo o MCASP,

Caso haja contas intraorçamentárias (nível de consolidação 2), estas devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente. Entretanto, se a DVP se referir apenas às contas de um órgão, uma entidade ou uma empresa pública, então não há exclusão das contas intraorçamentárias.

d. **Errado.** Segundo o MCASP, itens de VPA e VPD não devem ser compensados, exceto quando exigido ou permitido por norma específica.

e. **Errado.** É uma alternativa para apresentação das VPDs somente. O erro está em inserir VPAs também nesse contexto.

Gabarito: C

5. (FGV/Contador/TJ-TO/2022) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é de elaboração e publicação obrigatórias desde a Lei nº 4.320/1964, mas no contexto do processo de convergência e das disposições da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem atualizado a sua estrutura. A partir desse contexto normativo, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP):

- a) desconsidera transações de natureza intraorçamentária;
- b) deve detalhar as variações patrimoniais aumentativas, conforme a categoria econômica;
- c) deve detalhar as variações patrimoniais diminutivas, conforme o método da natureza;
- d) deve ser elaborada a partir de modelo analítico por entidades com autonomia orçamentária e financeira;
- e) reflete preferencialmente os impactos patrimoniais independentes da execução orçamentária.

Comentários



a. **Errado.** A depender do caso considera sim. Segundo o MCASP,

Caso haja contas intraorçamentárias (nível de consolidação 2), estas devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente. Entretanto, se a DVP se referir apenas às contas de um órgão, uma entidade ou uma empresa pública, então não há exclusão das contas intraorçamentárias.

b. **Errado.** As VPAs não são evidenciadas por categoria econômica. Essa é uma classificação aplicável às receitas e despesas orçamentárias.

c. **Certo.** Como a estrutura do PCASP detalha as VPD conforme a abordagem da natureza, a utilização do método da natureza é obrigatória para todos os entes, sendo facultado publicar, adicionalmente, análise segundo o método da função.

d. **Errado.** Não há nada sobre modelo analítico no MCASP.

e. **Errado.** Reflete os impactos patrimoniais dependentes e independentes da execução orçamentária.

Gabarito: C

6. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, evidenciará as alterações verificadas no patrimônio do ente ao longo do exercício financeiro. De acordo com o MCASP, tais alterações:

- a) devem considerar operações extraorçamentárias;
- b) devem se circunscrever à execução orçamentária;
- c) permitem avaliar o desempenho financeiro do ente;
- d) possibilitam a apuração do resultado patrimonial do exercício;
- e) são registradas nas contas das classes 1 e 2 do PCASP.

Comentários

A DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Logo, há duas opções válidas “A” e “D”. Cabe destacar que não são todas as operações extraorçamentárias que devem ser consideradas, mas tão somente aquelas que impactem a situação líquida (patrimônio líquido) da entidade do setor público. Talvez esse tenha sido o raciocínio do examinador. Veja que a opção “D” é irrefutável, a mais correta.

Gabarito: D

7. (FGV/Analista/TCE-TO/2022) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é uma das demonstrações obrigatórias para as entidades públicas, com o objetivo de evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício. Ao elaborar a DVP de uma entidade pública individual, deve-se observar que as variações patrimoniais diminutivas serão:

- a) apresentadas conforme a abordagem da natureza, como detalhado no PCASP;
- b) compensadas com as variações aumentativas diretamente associadas;
- c) detalhadas excluindo as despesas de natureza intraorçamentária;



- d) discriminadas conforme o impacto qualitativo ou quantitativo na situação líquida patrimonial;
- e) evidenciadas prioritariamente segundo o método da função da despesa.

Comentários

a. **Certo.** Como a estrutura do PCASP detalha as VPD conforme a abordagem da natureza, a utilização do método da natureza é obrigatória para todos os entes, sendo facultado publicar, adicionalmente, análise segundo o método da função.

b. **Errado.** Negativo. Não há compensação.

c. **Errado.** Segundo o MCASP, caso haja contas intraorçamentárias (nível de consolidação 2), estas devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente. Entretanto, se a DVP se referir apenas às contas de um órgão, uma entidade ou uma empresa pública, então não há exclusão das contas intraorçamentárias.

d. **Errado.** As VPDs apresentam apenas impacto quantitativo no patrimônio. Logo, não faz sentido o disposto nessa opção.

e. **Errado.** O método da função é facultativo.

Gabarito: A

8. (FGV/Contador/CM Aracaju/2021) Em um dado exercício, uma entidade pública fez um processo licitatório para aquisição de materiais para estoque no valor de R\$ 450.000,00 e adota a prática de manter o controle patrimonial do estoque. Considere que a aquisição de estoques descrita na questão anterior foi a única efetuada pela entidade naquele exercício e que, ao longo do exercício, foram requisitados e consumidos 2/3 dos itens adquiridos na compra. Nesse caso, a demonstração das variações patrimoniais da entidade no referido exercício deverá registrar:

- a) uma variação patrimonial aumentativa de R\$ 150.000,00;
- b) uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 300.000,00;
- c) uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 450.000,00;
- d) uma variação patrimonial qualitativa de R\$ 450.000,00;
- e) uma despesa corrente de R\$ 300.000,00.

Comentários

Como foram requisitados 2/3 do estoque, temos:

$$450.000 \times 2/3 = 300.000$$

Logo, há a configuração de uma VPD de R\$ 300 mil.

Lembre que na aquisição temos uma variação qualitativa. No efetivo consumo é que reconhecemos a VPD.

Gabarito: B

9. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) A Demonstração das Variações Patrimoniais tem sua elaboração com base nas contas contábeis, conforme modelo definido pelo PCASP, sendo utilizadas:

- a) as classes 3 – variações patrimoniais aumentativas e 4 – variações patrimoniais diminutivas;
- b) as classes 5 – variações patrimoniais diminutivas e 6 – variações patrimoniais aumentativas;



- c) as classes 4 – variações patrimoniais diminutivas e 5 – variações patrimoniais aumentativas;
- d) as classes 1 – variações patrimoniais diminutivas e 2 – variações patrimoniais aumentativas;
- e) as classes 3 – variações patrimoniais diminutivas e 4 – variações patrimoniais aumentativas.

Comentários

Segundo o MCASP, a elaboração da DVP tem por base as contas contábeis do modelo do PCASP, utilizando-se as **classes 3 (variações patrimoniais diminutivas – VPD)** e **4 (variações patrimoniais aumentativas – VPA)**.

Gabarito: E

10. (FGV/Auditor/MPE-AL/2018) As Demonstrações das Variações Patrimoniais evidenciam as variações verificadas no patrimônio e indicam o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações

- a) qualitativas e quantitativas. b) quantitativas aumentativas e diminutivas.
- c) qualitativas aumentativas e diminutivas. d) orçadas e executadas.
- e) orçadas e liquidadas.

Comentários

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Gabarito: B

Considere os dados do Quadro 02 a seguir, originados do sistema de contabilidade de uma entidade pública, relativos ao último exercício financeiro:

Descrição	Valor
Amortização de empréstimos	110.000,00
Aquisição de veículos	130.000,00
Baixa de ativos por obsolescência	32.000,00
Bens recebidos em doação	25.000,00
Construção de imóveis	690.000,00
Contratação de operações de crédito	250.000,00
Doação de bens inservíveis	18.000,00
Ganhos na alienação de bens	11.000,00
Juros e encargos da dívida	37.000,00
Perdas de ativos por furto	45.000,00
Receitas derivadas	415.000,00
Redução ao valor recuperável de ativos	21.000,00
Transferências recebidas	200.000,00

11. (FGV/Especialista/ALERJ/2017) A partir dos dados apresentados, as operações que causam redução no patrimônio líquido da entidade totalizam:



- a) 135.000,00; b) 153.000,00; c) 263.000,00; d) 513.000,00; e) 1.180.000,00.

Comentários

Vamos identificar as operações que geram VPD:

Descrição	Valor
Baixa de ativos por obsolescência	32.000,00
Doação de bens inservíveis	18.000,00
Juros e encargos da dívida	37.000,00
Perdas de ativos por furto	45.000,00
Redução ao valor recuperável de ativos	21.000,00
Total	153.000,00

Gabarito: B

12. (FGV/Especialista/ALERJ/2017) Considerando os dados apresentados no Quadro 02, o total das operações que não têm impacto no patrimônio é:

- a) 1.510.000,00; b) 1.423.000,00; c) 1.187.000,00; d) 1.180.000,00; e) 820.000,00.

Comentários

Vamos identificar as operações que não impactam o PL, ou seja, as variações qualitativas:

Descrição	Valor
Amortização de empréstimos	110.000,00
Aquisição de veículos	130.000,00
Construção de imóveis	690.000,00
Contratação de operações de crédito	250.000,00
Total	1.180.000,00

Gabarito: D

Considere as informações apresentadas a seguir, extraídas dos registros contábeis diários de uma entidade do setor público:

Fato	Valor contábil
Aquisição de veículo à vista	47.200,00
Recebimento à vista por serviços prestados	37.100,00
Despesa com aluguel de espaço para atendimento ao público	21.800,00
Pagamento de parcela de empréstimo contraído	10.000,00
Doação de bens inservíveis	8.700,00
Aquisição de materiais de expediente para estoque à vista	6.100,00
Depreciação de imóveis	2.900,00
Recebimento de rendimento de aplicação financeira	1.600,00

13. (FGV/Analista/IBGE/2017) A partir das informações, a confrontação entre as transações que geram variação aumentativa e diminutiva no patrimônio líquido da entidade permite apurar um resultado de:



- a) -4.700,00; b) -800,00; c) 2.100,00; d) 5.300,00; e) 7.900,00.

Comentários

Para encontrar o resultado patrimonial precisamos identificar as VPAs e as VPDs e confrontá-las. Assim, temos:

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs)

Recebimento à vista por serviços prestados	37.100,00
Recebimento de rendimento de aplicação financeira	<u>1.600,00</u>
Total VPA	38.700,00

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs)

Despesa com aluguel de espaço para atendimento ao público	21.800,00
Doação de bens inservíveis	8.700,00
Depreciação de imóveis	<u>2.900,00</u>
Total VPD	33.400,00

$$\text{Resultado Patrimonial} = 38.700,00 - 33.400,00 = \mathbf{5.300,00}$$

Gabarito: D

14. (FGV/Analista/IBGE/2017) A partir das informações e das disposições do MCASP quanto ao registro de transações no setor público, as transações que NÃO tiveram efeito no patrimônio líquido da entidade totalizam:

- a) 53.300,00; b) 57.200,00; c) 63.300,00; d) 69.400,00; e) 72.000,00.

Comentários

As transações que não tiveram efeito no patrimônio líquido são as variações qualitativas. Identificando-as, temos:

Variações Patrimoniais Qualitativas

Aquisição de veículo à vista	47.200,00
Pagamento de parcela de empréstimo contraído	10.000,00
Aquisição de materiais de expediente para estoque à vista	<u>6.100,00</u>
Total Variações Qualitativas	63.300,00

Gabarito: C

15. (FGV/Analista/IBGE/2016) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem como objetivos evidenciar as alterações verificadas no patrimônio e indicar o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Dos itens a seguir, o único que NÃO contribui positivamente para esse resultado é:

- a) subvenções econômicas;
- b) desincorporação de passivos;
- c) remuneração de depósitos bancários;



- d) transferências de consórcios públicos;
- e) exploração de bens, direitos e prestação de serviços.

Comentários

Pessoal, nessa questão basicamente temos que identificar o que é VPA (receita) e o que é VPD (despesa). Todas as VPAs contribuem positivamente para o resultado patrimonial. Assim, temos:

Subvenções econômicas → VPD

Desincorporação de passivos → VPA

Remuneração de depósitos bancários → VPA

Transferências de consórcios públicos → VPA

Exploração de bens, direitos e prestação de serviços → VPA

Gabarito: A

16. (FGV/Analista/IBGE/2016) As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Uma entidade deve reconhecer uma variação patrimonial quantitativa quando:

- a) adquire um veículo;
- b) aliena ativos imobilizados;
- c) apropria juros incorridos;
- d) contrata uma apólice de seguro;
- e) contrata uma operação de crédito.

Comentários

- a. **Errado.** Trata-se de uma variação qualitativa.
- b. **Errado.** Trata-se de uma variação qualitativa.
- c. **Certo.** Trata-se de uma variação quantitativa diminutiva.
- d. **Errado.** Trata-se de uma variação qualitativa.
- e. **Errado.** Trata-se de uma variação qualitativa.

Gabarito: C

17. (FCC/Analista/TCE-GO/2022) A Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao exercício financeiro de 2021 de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, evidencia

- a) o recebimento efetivo, em novembro de 2021, de doações e subvenções.
- b) os dispêndios extraorçamentários com a devolução de caução recebida em agosto de 2021.
- c) os aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários.
- d) os pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas, cuja prestação de serviço para a entidade ocorreu de janeiro a junho de 2022.



- e) a receita de capital arrecadada com a alienação de um veículo, cujo valor líquido contábil apurado no momento da venda foi igual ao valor total obtido com a alienação.

Comentários

- a. **Certo.** A DVP evidencia as VPAs e VPDs. Segundo o MCASP,

Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa (VPA):

[...]

- d. **No recebimento efetivo de doações e subvenções.**

- b. **Errado.** Os dispêndios extraorçamentários são evidenciados no balanço financeiro. A saída de caixa também será evidenciada na DFC.

- c. **Errado.** Os aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários não são receitas (VPAs). Logo, irão impactar o balanço patrimonial.

- d. **Errado.** Os pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas são evidenciados no balanço patrimonial, pois representam ativos.

- e. **Errado.** A receita de capital arrecadada com a alienação de um veículo será evidenciada no balanço orçamentário e no balanço financeiro. O ingresso de caixa também será evidenciado na DFC.

Gabarito: A

Atenção: Para responder à questão, considere as seguintes transações de uma entidade pública ocorridas no mês de fevereiro de 2022:

- Recebimento de Transferências Correntes intragovernamentais no valor de R\$ 1.600.000,00, referentes ao mês de fevereiro de 2022.
- Lançamento e arrecadação do valor principal de receitas de Taxas no valor de R\$ 650.000,00.
- Lançamento do valor principal de receitas de Contribuições de Melhoria no valor de R\$ 110.000,00. O valor lançado foi arrecadado em março de 2022.
- Arrecadação do valor principal de receitas de Serviços e Atividades Financeiras no valor de R\$ 19.500,00. Tais receitas são referentes ao mês de janeiro de 2022.
- Arrecadação de receitas de Alienação de Bens Móveis no valor de R\$ 87.200,00. Os bens móveis foram vendidos em fevereiro de 2022 por valor acima do valor contábil, com registro de ganho com a alienação de R\$ 8.250,00.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, referentes ao mês de fevereiro de 2022, no valor de R\$ 790.000,00.
- Empenho de despesa corrente referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, contratados para a manutenção predial da entidade, no valor de R\$ 31.600,00. O serviço foi prestado e a despesa foi liquidada e paga, pelo valor total do empenho, em abril de 2022.
- Pagamento de despesa corrente referente a Serviços de Consultoria no valor de R\$ 43.000,00. O serviço foi prestado e a despesa foi liquidada em janeiro de 2022.
- Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2021, referentes a despesas correntes com Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 74.000,00.



- Devolução de depósito caução no valor de R\$ 52.000,00.
- Reconhecimento de ajustes de perdas de estoques no valor de R\$ 11.600,00.
- Reconhecimento da depreciação mensal dos bens imóveis no valor de R\$ 69.000,00.

18. (FCC/TRT-4/2022) Com base nessas transações tomadas em conjunto, o resultado patrimonial da entidade pública referente ao exercício financeiro de 2022 foi impactado, pelas transações ocorridas no mês de fevereiro desse ano,

- a) positivamente pelo valor de R\$ 1.397.700,00
- b) negativamente pelo valor de R\$ 102.350,00
- c) positivamente pelo valor de R\$ 1.445.650,00
- d) positivamente pelo valor de R\$ 1.486.100,00
- e) positivamente pelo valor de R\$ 1.497.650,00

Comentários

Identificando as VPAs e as VPDs, temos:

Variações Patrimoniais Aumentativas

Transferências Correntes intragovernamentais	1.600.000
Lançamento e arrecadação de receitas de Taxas	650.000
Lançamento de receitas de Contribuições de Melhoria	110.000
Ganho com a alienação de Bens Móveis	<u>8.250</u>
Total de VPAs	2.368.250

Variações Patrimoniais Diminutivas

Liquidão de despesa com pessoal	790.000
Ajustes de perdas de estoques	11.600
Depreciação Anual dos Bens Imóveis	<u>69.000</u>
Total de VPDs	870.600

Resultado Patrimonial = 2.368.250 – 870.600

Resultado Patrimonial = 1.497.050

Observação: como a questão quer o resultado patrimonial de fevereiro, as VPAs e VPDs que são de outros meses não entram no cálculo.

Gabarito: E

Atenção: Para responder à questão, considere as transações de uma entidade pública estadual, ocorridas no mês de março de 2022 e descritas nos itens a seguir.

I. Recebimento de Transferências Correntes intragovernamentais no valor de R\$ 3.850.000,00. O fato gerador desta receita ocorreu no mês de março de 2022.



II. Lançamento do valor principal de receitas de Contribuições no valor de R\$ 260.000,00. O valor lançado foi arrecadado no mês de abril de 2022.

III. Recebimento de depósito caução no valor de R\$ 140.000,00. O valor recebido foi integralmente devolvido no mês de maio de 2022.

IV. Arrecadação do valor principal de receitas de Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado no valor de R\$ 23.000,00. O fato gerador desta receita ocorreu no mês de fevereiro de 2022.

V. Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 920.000,00.

VI. Empenho de despesa corrente com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 7.400,00. O serviço contratado é referente à manutenção de bens móveis da entidade e foi integralmente prestado, liquidado e pago no mês de abril de 2022.

VII. Liquidação e pagamento de despesa corrente com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física no valor de R\$ 11.000,00. A nota de empenho de tal despesa foi emitida no mês de fevereiro de 2022 e o serviço contratado é referente à limpeza da fachada da entidade, integralmente prestado no mês de março de 2022.

VIII. Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2021 no valor de R\$ 2.000,00. Tais restos a pagar se referem a despesas correntes com aquisição de material de limpeza que foram integralmente recebidos e utilizados pela entidade no mês de dezembro de 2021.

IX. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 59.500,00, de provisões trabalhistas.

X. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 33.000,00, de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

XI. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 16.000,00, de amortização mensal do ativo intangível.

19. (FCC/TRT-9/2022) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado patrimonial da entidade pública estadual foi impactado pelas transações ocorridas no mês de março de 2022, positivamente, pelo valor, em reais, de

- a) 3.070.500,00. b) 4.141.500,00. c) 4.001.500,00. d) 3.210.500,00. e) 3.080.000,00.

Comentários

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs)

Transferências Correntes intragovernamentais	3.850.000,00
Lançamento de Receitas de Contribuições	<u>260.000,00</u>
Total de VPAs:	4.110.000,00

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs)

Despesa Corrente com Pessoal e Encargos Sociais	920.000,00
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	33.000,00
Amortização mensal do ativo intangível	16.000,00
Despesa corrente – Pessoa Física	11.000,00
Reconhecimento de provisões trabalhistas	<u>59.500,00</u>
Total de VPDs	1.039.500,00



Resultado Patrimonial = 4.110.000,00 – 1.039.500,00

Resultado Patrimonial = 3.070.500,00

Gabarito: A

20. (FCC/Analista/Recife/2019) Atenção: Para responder à questão, considere as transações a seguir, ocorridas em dezembro de 2018 em um ente público municipal:

- Lançamento e arrecadação de Receita Tributária no valor de R\$ 9.000.000,00.
- Recebimento, no valor de R\$ 1.200.000,00, de créditos tributários inscritos em dívida ativa em outubro de 2017.
- Pagamento dos salários dos servidores, no valor de R\$ 6.350.000,00, referentes a novembro de 2018.
- Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 8.600.000,00, referentes a dezembro de 2018. O pagamento da despesa foi realizado em janeiro de 2019.
- Reconhecimento da depreciação mensal do ativo imobilizado no valor de R\$ 1.100.000,00.
- Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 200.000,00, referente ao ativo intangível com vida útil indefinida.
- Pagamento, no valor de R\$ 820.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2017 referentes a despesas correntes com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Com base nessas transações tomadas em conjunto, em dezembro de 2018, o resultado patrimonial do referido ente público municipal referente ao exercício financeiro de 2018 teve

- a) uma redução de R\$ 520.000,00. b) um aumento de R\$ 530.000,00.
- c) uma redução de R\$ 700.000,00. d) um aumento de R\$ 300.000,00.
- e) uma redução de R\$ 900.000,00.

Comentários

Para encontrar o resultado patrimonial precisamos confrontar as VPAs com as VPDs.

VPAs

Lançamento receita tributária 9.000.000,00

VPDs

VPD com Pessoal e Encargos Sociais 8.600.000,00

VPD depreciação 1.100.000,00.

VPD por redução ao valor recuperável 200.000,00

Total 9.900.000,00

Resultado patrimonial = 9.000.000,00 – 9.900.000,00 = - 900.000,00

Gabarito: E

21. (FCC/Analista/TRE-PR/2017) Atenção: Utilize as informações abaixo para responder à questão.

As seguintes informações foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado Tribunal Regional Eleitoral referentes a transações ocorridas no mês de maio de 2017:



- Liquidação da despesa corrente com pessoal e encargos sociais, referente ao mês de maio de 2017, no valor de R\$ 900.000,00, cujo pagamento ocorreu em junho de 2017.
- Liquidação da despesa orçamentária com ajuda de custo concedida a juízes para moradia, referente ao mês de maio de 2017, no valor de R\$ 80.000,00, cujo pagamento ocorreu no mês de junho de 2017.
- Pagamento do auxílio-transporte aos servidores que trabalham no setor administrativo, referente ao mês de abril de 2017, no valor de R\$ 20.000,00.
- Empenho da despesa com a aquisição de um veículo no dia 01/05/2017 no valor de R\$ 90.000,00. O veículo foi entregue e colocado em uso no dia 31/05/2017 e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada e paga.
- Reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de imóveis no dia 31/05/2017 no valor de R\$ 15.000,00.
- Empenho da despesa com material de consumo no dia 31/05/2017 no valor de R\$ 17.000,00. O fornecedor entregou os itens adquiridos em junho de 2017.
- Liquidação da despesa com serviços de terceiros – pessoa física no valor de R\$ 30.000,00, referente à limpeza do edifício-sede do Tribunal no mês de maio de 2017, cujo pagamento ocorreu em junho de 2017.
- Liquidação e reconhecimento do direito relativo a um suprimento de fundos no valor de R\$ 900,00.

Com base nessas transações tomadas em conjunto, o resultado patrimonial do mês de maio de 2017 foi, em reais, negativo em

- a) 1.042.000,00. b) 1.025.900,00. c) 1.025.000,00. d) 1.014.100,00. e) 950.000,00.

Comentários

Nesse tipo de questão temos que identificar as VPAs e as VPDs. Temos que ter atenção para o período solicitado pela banca. Nesse caso é Maio de 2017. Assim, temos:

Variações Patrimoniais Diminutivas

Liquidação de despesa com pessoal e encargos sociais	900.000,00
Liquidação de despesa com ajuda de custo	80.000,00
Reconhecimento perda por redução ao valor recuperável	15.000,00
Liquidação da despesa com serviços de terceiros	<u>30.000,00</u>
Total	1.025.000,00

Variações Patrimoniais Aumentativas

Não houve

Resultado Patrimonial = VPAs – VPDs

Resultado Patrimonial = 0 - 1.025.000,00 → 1.025.000,00 (negativo)

Gabarito: C

22. (FCC/Especialista/ARTESP/2017) Atenção: Para responder à questão, considere as informações abaixo.

Considere as seguintes informações extraídas do sistema de contabilidade de uma autarquia estadual referentes ao mês de novembro de 2016:



- Empenho e liquidação da despesa com material de consumo no valor de R\$ 200.000,00. O material foi entregue pelo fornecedor em 16/11/2016 e foi pago em dezembro de 2016.
- Lançamento e arrecadação de receitas de valores mobiliários no valor de R\$ 420.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de novembro de 2016.
- Lançamento de receitas de concessão e permissão no valor de R\$ 945.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de novembro de 2016.
- Arrecadação de receitas de concessão e permissão no valor de R\$ 220.000,00, já reconhecidas anteriormente conforme o regime de competência.
- Pagamento dos salários referentes a outubro de 2016 dos funcionários da área administrativa no valor de R\$ 150.000,00.
- Utilização de material de consumo na prestação de serviços no valor de R\$ 185.000,00.
- Reconhecimento da depreciação mensal do ativo imobilizado no valor de R\$ 306.000,00.
- Empenho e liquidação da despesa com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 88.000,00 referente à prestação de serviços de manutenção predial. – Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 56.000,00 referente a bens entregues em meses anteriores.

O resultado patrimonial de novembro de 2016 foi superavitário em

- a) R\$ 786.000,00. b) R\$ 61.000,00. c) R\$ 771.000,00. d) R\$ 874.000,00. e) R\$ 352.000,00.

Comentários

Mesma ideia da questão anterior. Agora o período solicitado é novembro de 2016.

Variações Patrimoniais Diminutivas

Utilização de material de consumo	185.000,00
Depreciação do ativo imobilizado	306.000,00
Liquidação da despesa com serviços de terceiros	<u>88.000,00</u>
Total	579.000,00

Variações Patrimoniais Aumentativas

Lançamento de receitas de valores mobiliários	420.000,00
Lançamento de receitas de concessão e permissão	<u>945.000,00</u>
Total	1.365.000,00

Resultado Patrimonial = VPAs – VPDs

Resultado Patrimonial = 1.365.000 – 579.000 → 786.000 (superavitário)

Gabarito: A

23. (FCC/Analista/TRT24/2017) Considere os fatos relacionados, abaixo, referentes ao exercício financeiro de 2016 de uma entidade pública governamental:



- Liquidação de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 7.860.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 140.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 874.000,00.
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.330.000,00.
- Pagamento de despesas com:
 - Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 7.640.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 130.000,00.
 - Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 650.000,00.
 - Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.180.000,00.
- Pagamento de Restos a Pagar Processados (referentes a despesas correntes) no valor de R\$ 498.000,00.
- Depreciação do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 340.000,00.
- Amortização do Ativo Intangível no valor de R\$ 110.000,00.
- Restituição de Depósitos Cauções no valor de R\$ 32.000,00.

Informações Adicionais:

- A despesa com Pessoal e Encargos sociais é relativa à manutenção das atividades governamentais.
- Do material de consumo adquirido, foram consumidos R\$ 524.000,00 em 2016 e não havia estoque inicial em 2016.
- Os serviços de terceiros (pessoa jurídica) referem-se à manutenção de equipamentos de informática. Tais gastos não geraram alteração na vida útil econômica dos mesmos.

Com base nessas informações, o valor total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas referentes ao exercício financeiro de 2016 foi, em reais,

- a) 9.006.000,00 b) 8.974.000,00 c) 9.324.000,00 d) 8.744.000,00 e) 11.654.000,00

Comentários

Identificando as Variações Patrimoniais Diminutivas, temos:

Liquidação de despesas com Pessoal e Encargos Sociais	7.860.000,00
Liquidação de despesas com Outras Despesas Correntes	140.000
Depreciação do Ativo Imobilizado	340.000,00
Amortização do Ativo Intangível	110.000,00
Material de consumo consumido em 2016	<u>524.000,00</u>
Total	8.974.000,00

Gabarito: B

24. (FCC/Analista/TRE-SP/2017) Considere as seguintes transações realizadas por determinada entidade do setor público, no exercício de 2016.

Alienação de bens imóveis	150.000
Arrecadação de impostos concomitante ao fato gerador	290.000
Empenho de despesa c/ serviços de pintura em escolas públicas	85.000
Aquisição de materiais de almoxarifado p/ consumo em 2017	40.000
Veículos recebidos em doação de pessoa jurídica	140.000
Valores repassados pela União referente ao FDE	190.000
Empenho de despesa com coleta de lixo nos hospitais públicos	180.000



Ganhos com alienação do imobilizado	70.000
Depreciação de bens móveis	30.000
Arrecadação de multas aplicadas em rodovias estaduais	60.000
Empenho de despesa com pessoal ativo	245.000

Nota: Todas as despesas empenhadas foram liquidadas e pagas no próprio exercício. Todas as receitas foram arrecadadas no próprio exercício.

As variações patrimoniais aumentativas e o resultado patrimonial somam, respectivamente,

- a) 750.000 e 210.000.b) 710.000 e 170.000.c) 900.000 e 360.000.
- d) 680.000 e 140.000.e) 610.000 e 240.000.

Comentários

Identificando as VPAs e VPDs, temos:

Variações Patrimoniais Aumentativas

Arrecadação de impostos concomitante ao fato gerador	290.000,00
Veículos recebidos em doação de pessoa jurídica	140.000,00
Valores repassados pela União referente ao FDE	190.000,00
Ganhos com alienação do imobilizado	70.000,00
Arrecadação de multas aplicadas em rodovias estaduais	<u>60.000,00</u>
Total	750.000,00
Empenho de despesa com serviços de pintura	85.000,00
Empenho de despesa com coleta de lixo	180.000,00
Depreciação de bens móveis	30.000,00
Empenho de despesa com pessoal ativo	<u>245.000,00</u>
Total	540.000,00

Resultado patrimonial = 750.000,00 – 540.000,00 = **210.000,00**

Gabarito: A

Atenção: Para responder às questões a seguir, considere as informações abaixo.

Um Tribunal Regional do Trabalho registrou as seguintes transações no exercício financeiro de 2016:

- I. Aumento de dívida a pagar em razão de variação monetária, no valor de R\$ 15.000,00, referente a 2016.
- II. Reconhecimento da parcela anual da depreciação de um veículo referente a 2016. O valor depreciável do ativo era R\$ 32.500,00 quando foi colocado em uso e o Tribunal utiliza o método das quotas constantes para calcular a depreciação deste ativo, cuja vida útil foi estimada em 5 anos.
- III. Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo no valor de R\$ 30.000,00 em 31/12/2016.
- IV. Empenho, liquidação e pagamento de despesa com material de expediente no valor de R\$ 2.500,00.



V. Empenho e liquidação de bens imóveis no valor de R\$ 535.600,00 em 31/12/2016.

VI. Recebimento de aluguel de imóveis referente ao exercício financeiro de 2016 no valor de R\$ 105.500,00, cujo direito não havia sido reconhecido no Ativo.

25. (FCC/Analista/TRT11/2017) A diferença entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, referentes ao exercício financeiro de 2016, foi positiva, em reais,

- a) 28.000,00 b) 54.000,00 c) 51.500,00 d) 589.600,00 e) 587.100,00

Comentários

Vamos classificar as alterações ocorridas em 2016, no Ente.

I. *Aumento de dívida a pagar em razão de variação monetária, no valor de R\$ 15.000,00, referente a 2016.*

$$\text{VPD} = \text{R\$ } 15.000,00$$

II. *Reconhecimento da parcela anual da depreciação de um veículo referente a 2016. O valor depreciável do ativo era R\$ 32.500,00 quando foi colocado em uso e o Tribunal utiliza o método das quotas constantes para calcular a depreciação deste ativo, cuja vida útil foi estimada em 5 anos.*

$$\text{VPD} = 32.500,00 / 5 = \text{R\$ } 6.500,00 \text{ por ano.}$$

III. *Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo no valor de R\$ 30.000,00 em 31/12/2016.*

$$\text{VPD} = \text{R\$ } 30.000,00$$

IV. *Empenho, liquidação e pagamento de despesa com material de expediente no valor de R\$ 2.500,00.*

Variação qualitativa (fato permutativo).

V. *Empenho e liquidação de bens imóveis no valor de R\$ 535.600,00 em 31/12/2016.*

Variação qualitativa (fato permutativo).

VI. *Recebimento de aluguel de imóveis referente ao exercício financeiro de 2016 no valor de R\$ 105.500,00, cujo direito não havia sido reconhecido no Ativo.*

$$\text{VPA} = 105.500,00$$

Logo, a diferença entre as Variações Patrimoniais foi de:

$$105.500,00 - 15.000,00 - 6.500,00 - 30.000,00 = \text{R\$ } 54.000,00.$$

Gabarito: B

26. (FCC/Analista/TRT11/2017) São fatos permutativos as transações evidenciadas APENAS em:

- a) I e V. b) I e II. c) III e VI. d) IV e VI. e) IV e V.

Comentários

Conforme classificamos anteriormente, os itens IV e V representam fatos permutativos, pois decorrem de variações qualitativas, ou seja, que não impactam a situação líquida do Ente.

Gabarito: E

27. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Um Hospital Público Estadual adquiriu à vista, no mês de maio de 2015, duas ambulâncias pelo valor de R\$ 170.000,00. Sob o aspecto patrimonial, a referida transação refere-se a uma



- a) variação patrimonial quantitativa.
- b) despesa de capital.
- c) inversão financeira.
- d) variação patrimonial qualitativa.
- e) variação patrimonial modificativa.

Comentários

Na aquisição de veículos à vista, sob o aspecto patrimonial, temos o seguinte lançamento:

D – Veículos

C – Caixa e Equivalentes de Caixa

Observe que se trata de um fato permutativo, ou seja, há um aumento de ativo (aumento de veículos) e, em contrapartida, uma diminuição de ativo (saída de caixa). Assim, estamos diante de uma variação qualitativa, pois não há impacto no patrimônio líquido.

Gabarito: D

28. (FCC/Auditor Substituto de Conselheiro/TCM-RJ/2015) Antes do encerramento do exercício, em 31/12/2014, a contabilidade da Prefeitura Municipal de Gama ainda precisava registrar as transações, apresentadas a seguir, referentes ao mês de dezembro de 2014:

- Depreciação de veículo no valor de R\$ 250,00 referente ao mês de dezembro de 2014.
- Arrecadação de transferências correntes no valor de R\$ 10.000,00, cujo direito de recebimento já havia sido reconhecido pela contabilidade.
- Reconhecimento de perda por impairment no valor de R\$ 950,00 referente a um ativo intangível.
- Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 7.500,00.
- Utilização de medicamentos no valor de R\$ 6.000,00 na prestação de serviços de saúde.
- Empenho e liquidação da despesa com a aquisição de um aparelho por R\$ 15.000,00, cuja entrega pelo fornecedor ocorreu em 31/12/2014 e cujo pagamento ocorrerá em 2015.
- Empenho, liquidação e pagamento da despesa com amortização da dívida fundada no valor de R\$ 20.000,00.
- Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 13.000,00.
- Arrecadação de dívida ativa não tributária no valor de R\$ 14.000,00.

Considerando as demonstrações contábeis consolidadas do Município referentes a 2014, o impacto do registro das transações, tomadas em conjunto, no resultado patrimonial do exercício de 2014 foi, em reais,

- a) negativo em 7.200,00. b) positivo em 6.800,00.
- c) positivo em 16.800,00. d) negativo em 8.700,00.
- e) negativo em 12.200,00.

Comentários



Vamos classificar todas as variações patrimoniais.

Transação	Valor	Tipo de Variação	
		Variação	Patrimonial
- Depreciação de veículo no valor de R\$ 250,00 referente ao mês de dezembro de 2014.	250	Variação Diminutiva (VPD)	
- Arrecadação de transferências correntes no valor de R\$ 10.000,00, cujo direito de recebimento já havia sido reconhecido pela contabilidade.	10.000	Variação Qualitativa	Patrimonial
- Reconhecimento de perda por impairment no valor de R\$ 950,00 referente a um ativo intangível.	950	Variação Diminutiva (VPD)	
- Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 7.500,00.	7.500	Variação Qualitativa	Patrimonial
- Utilização de medicamentos no valor de R\$ 6.000,00 na prestação de serviços de saúde.	6.000	Variação Diminutiva (VPD)	
- Empenho e liquidação da despesa com a aquisição de um aparelho por R\$ 15.000,00, cuja entrega pelo fornecedor ocorreu em 31/12/2014 e cujo pagamento ocorrerá em 2015.	15.000	Variação Qualitativa	Patrimonial
- Empenho, liquidação e pagamento da despesa com amortização da dívida fundada no valor de R\$ 20.000,00.	20.000	Variação Qualitativa	Patrimonial
- Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 13.000,00.	13.000	Variação Qualitativa	Patrimonial
- Arrecadação de dívida ativa não tributária no valor de R\$ 14.000,00.	14.000	Variação Qualitativa	Patrimonial

Somando-se os valores das VPDs chegamos a um total de 7.200,00. Veja que não há VPAs reconhecidas. Logo, o resultado patrimonial é de 7.200,00 (deficitário).

Observações:

- a) Lembre-se que em questões de DVP devemos seguir o regime de competência integral (para receitas e despesas).
- b) No empenho e liquidação de despesa com material de consumo (para estoque) não reconhecemos uma VPD. Apenas no momento do seu efetivo consumo é que a VPD é reconhecida. Em que pese ser uma despesa corrente, não é uma despesa efetiva, pois, nesse caso, temos um fato permutativo: recebimento do material em contrapartida de uma saída de numerário para quitação da compra ou o reconhecimento de uma obrigação (fornecedores).

Em resumo:

Aquisição de Material de Consumo para Estoque = **despesa não-efetiva, gera mutação ativa**. Trata-se de uma **variação qualitativa**.

Aquisição de Material de Consumo para consumo imediato = **despesa efetiva, não gera mutação ativa**. Trata-se de uma **variação patrimonial quantitativa diminutiva (VPD)**.

- c) No empenho e liquidação de despesa com aquisição de um aparelho temos um fato permutativo e, portanto, uma variação qualitativa;



d) No empenho, liquidação e pagamento da despesa com amortização da dívida fundada temos um fato permutativo (diminui ativo pela saída de caixa e diminui o passivo pela diminuição da dívida). Logo, estamos diante de uma variação qualitativa.

Gabarito: A

29. (FCC/Auditor Substituto/TCM-RJ/2015) A redução da dívida consolidada referente à variação cambial é uma variação

- a) passiva decorrente da execução do orçamento e reduz a situação líquida patrimonial.
- b) ativa decorrente da execução do orçamento e reduz a situação líquida patrimonial.
- c) passiva independente da execução do orçamento e aumenta a situação líquida patrimonial.
- d) ativa independente da execução do orçamento e aumenta a situação líquida patrimonial.
- e) ativa decorrente da execução do orçamento e não afeta a situação líquida patrimonial.

Comentários

A redução da dívida é algo positivo ou negativo? Positivo, não é mesmo? Logo, é uma variação ativa. Veja que essa redução foi decorrente de uma variação cambial. Aí pergunto... o orçamento pode prever todas as variações cambiais? É claro que não! Logo, essa redução independe da execução orçamentária. Com esse raciocínio chegamos ao gabarito da questão: opção “D”. Por ser uma variação ativa, há um aumento do PL.

Gabarito: D

30. (FCC/Auditor/CGM São Luís/2015) Uma transação que provoca uma variação patrimonial qualitativa decorrente da execução do orçamento é

- a) o pagamento a fornecedores de material de consumo após a liquidação da despesa.
- b) o empenho da despesa com pessoal e encargos classificada como despesa corrente.
- c) o recebimento de valores provenientes da venda de serviços concomitante com a prestação do serviço.
- d) a depreciação do ativo imobilizado.
- e) a devolução de um depósito caução.

Comentários

a. **Certo.** No pagamento a fornecedores de material de consumo após a liquidação da despesa temos uma saída de caixa (diminuição de ativo) e uma diminuição na obrigação junto aos fornecedores (diminuição de passivo). Trata-se de uma variação patrimonial qualitativa decorrente da execução do orçamento.

b. **Errado.** Trata-se de uma variação patrimonial diminutiva decorrente da execução do orçamento.

c. **Errado.** Trata-se de uma variação patrimonial aumentativa decorrente da execução do orçamento.

d. **Errado.** Trata-se de uma variação patrimonial diminutiva decorrente da execução do orçamento.

e. **Errado.** Trata-se de uma variação patrimonial qualitativa independente da execução do orçamento.

Gabarito: A

31. (FCC/Analista/TCE-CE/2015) A autarquia hospitalar estadual Dr. Menezes de Cabral alienou dois veículos pelo valor total de R\$ 65.500,00, incluídos ganhos com alienação no valor de R\$ 4.500,00. Considerando as



Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T, nesta transação, sob o aspecto patrimonial, ocorreu uma

- a) receita patrimonial e variação patrimonial quantitativa no valor de R\$ 61.000,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.
- b) variação patrimonial quantitativa no valor de R\$ 65.500,00.
- c) receita de capital e variação patrimonial qualitativa no valor de R\$ 61.500,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.
- d) diminuição do ativo no valor de R\$ 65.500,00.
- e) variação patrimonial qualitativa e quantitativa no valor de R\$ 61.000,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.

Comentários

A alienação dos veículos pelo valor de 65.500,00 com ganhos de 4.500,00 gera uma variação qualitativa de 61.000,00 (aumento de ativo pela entrada de caixa e diminuição de ativo pela saída de veículos) e uma variação quantitativa (VPA) de 4.500,00.

Gabarito: E

32. (FCC/Analista/TCE-CE/2015) Uma variação patrimonial

- a) qualitativa altera o valor total do ativo e do patrimônio líquido concomitantemente pelo mesmo valor.
- b) quantitativa diminutiva reduz o ativo e têm como contrapartida a redução do passivo pelo mesmo valor.
- c) quantitativa aumentativa aumenta o ativo e têm como contrapartida a redução do passivo pelo mesmo valor.
- d) qualitativa pode aumentar um ativo e ter como contrapartida a redução de outro ativo pelo mesmo valor.
- e) quantitativa pode aumentar um ativo e um passivo concomitantemente pelo mesmo valor.

Comentários

- a. **Errado.** A variação qualitativa não afeta o patrimônio líquido.
- b. **Errado.** A redução do ativo em contrapartida da redução do passivo pelo mesmo valor gera uma variação qualitativa.
- c. **Errado.** Para gerar uma variação quantitativa devemos ter um aumento do PL (a própria VPA sendo creditada) em contrapartida do aumento do ativo (débito).
- d. **Certo.** Perfeito! A redução de um ativo com o aumento de outro ativo pelo mesmo valor gera uma variação qualitativa.
- e. **Errado.** Nesse caso temos uma variação qualitativa.

Gabarito: D

Considere as informações a seguir para responder às questões.

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou



o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

33. (CESPE/Analista/MPC-PA/2019) No primeiro exercício financeiro de uma entidade governamental, foram registrados os seguintes eventos contábeis.

I Aprovação da LOA com receitas e despesas previstas e fixadas no valor de R\$ 250.000 (80% na categoria econômica corrente e 20% na categoria econômica de capital).

II Lançamento de impostos no valor de R\$ 200.000, tendo sido arrecadados 70% desse valor.

III Empenho, liquidação e pagamento de despesas com pessoal no valor de R\$ 80.000.

IV Recebimento em doação de bem imóvel no valor de R\$ 100.000, para uso nas atividades administrativas.

V Empenho e liquidação de despesas com água, luz e telefone no valor de R\$ 60.000, dos quais 50% foram pagos no exercício e 50%, inscritos em restos a pagar processados.

VI Recebimento de depósitos restituíveis no valor de R\$ 20.000.

No rol das variações patrimoniais aumentativas da demonstração das variações patrimoniais (DVP) do exercício financeiro de que trata o texto 2A2-I, constavam impostos no valor de

- a) R\$ 140.000, correspondentes aos valores arrecadados no período.
- b) R\$ 160.000, correspondentes à soma entre os valores arrecadados e o ingresso de depósitos restituíveis.
- c) R\$ 200.000, correspondentes aos valores lançados no período.
- d) R\$ 220.000, correspondentes à soma entre os valores lançados e os depósitos restituíveis.
- e) R\$ 250.000, correspondentes à previsão de arrecadação no período.

Comentários

As VPAS tributárias são reconhecidas no momento do lançamento. Logo, o valor a ser considerado é R\$ 200.000,00.

Gabarito: C

34. (CESPE/Auditor/CGM João Pessoa/2018) De acordo com os procedimentos contábeis patrimoniais estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue o item a seguir.

O resultado patrimonial no setor público corresponde à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas, apurado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Comentários

O resultado patrimonial no setor público corresponde à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas, apurado na **demonstração das variações patrimoniais**.

Gabarito: Errado

35. (CESPE/Auditor/CGM João Pessoa/2018) A demonstração das variações patrimoniais realiza o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurando o lucro ou prejuízo do exercício financeiro, nos moldes do que ocorre na demonstração do resultado do exercício do setor privado.



Comentários

A DVP realiza o confronto entre as VPAs e as VPDs, apurando o **resultado patrimonial** do exercício (superávit ou déficit patrimonial).

O MCASP destaca que a DVP tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, o Manual ressalta que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, **o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho**, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Gabarito: Errado

36. (CESPE/Auditor de Contas Públicas/TCE-PB/2018) Assinale a opção que apresenta um exemplo de evento contábil gerador de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa que deve ser evidenciada na demonstração das variações patrimoniais das entidades do setor público.

- a) obtenção de empréstimo ou financiamento de longo prazo
- b) obtenção de desconto em operação de natureza financeira
- c) gasto com ação de assistência social voltada à redução dos níveis de pobreza
- d) incorporação de imóvel adquirido de terceiros
- e) transferência de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos

Comentários

Vamos classificar as variações presentes nas opções.

- a. **Errado.** Variação patrimonial qualitativa.
- b. **Certo.** Variação patrimonial aumentativa.
- c. **Errado.** Variação patrimonial diminutiva.
- d. **Errado.** Variação patrimonial qualitativa.
- e. **Errado.** Variação patrimonial diminutiva.

Gabarito: B

37. (CESPE/Auditor/TCE-PE/2017) As variações patrimoniais devem ser reveladas pela contabilidade mesmo quando não resultem de execução orçamentária.

Comentários

Segundo o MCASP, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador.

Pessoal, sempre devemos considerar os dois regimes aplicáveis à CASP: orçamentário e patrimonial. Logo, se você raciocinar nesse sentido fica fácil verificar que as variações patrimoniais devem ser evidenciadas (reveladas) pela contabilidade mesmo quando não resultem de execução orçamentária, haja vista a necessidade de evidenciação dos aspectos patrimoniais.

Gabarito: Certo



38. (CESPE/Analista/SEDF/2017) O cancelamento de uma dívida passiva de entidade pública provoca uma variação patrimonial aumentativa.

Comentários

Tendo em vista que a dívida passiva é uma obrigação da entidade registrada no passivo, ao ocorrer o cancelamento dessa dívida sem qualquer contrapartida haverá a baixa dessa obrigação, ou seja, ela deixará de existir e, consequentemente, haverá um aumento do patrimônio líquido. Logo, trata-se de uma variação patrimonial quantitativa.

Gabarito: Certo

39. (CESPE/Analista/SEDF/2017) Entre as variações qualitativas do patrimônio público inclui-se a variação patrimonial considerada aumentativa.

Comentários

As variações qualitativas não alteram o patrimônio líquido. Já as variações quantitativas aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Assim, corrigindo o item, temos:

Entre as variações **qualitativas quantitativas** do patrimônio público inclui-se a variação patrimonial considerada aumentativa.

Gabarito: Errado

40. (CESPE/Auditor/TCE-SC/2016) Independentemente de haver ingresso de recursos, as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens que resultem em aumento do patrimônio líquido deverão estar incluídas nas variações patrimoniais aumentativas da demonstração das variações patrimoniais.

Comentários

O item refere-se ao regime de competência aplicado ao setor público. Segundo o MCASP, **as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem**, segundo seu fato gerador, independentemente de haver ingresso de recursos.

Gabarito: Certo

41. (CESPE/Auditor/CGE-PI/2015) O resultado patrimonial do exercício é apurado na demonstração das variações patrimoniais pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas e as variações patrimoniais qualitativas.

Comentários

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Gabarito: Errado

42. (CESPE/Auditor/TCU/2015) Julgue o item, que diz respeito à estrutura e às características dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320/1964.

Na demonstração das variações patrimoniais, as variações decorrentes da execução orçamentária devem ser elencadas em separado daquelas que independem da execução, tais como a alienação de bens e direitos.

Comentários



O erro do item está em afirmar que a alienação de bens e direitos deve ser evidenciada nas variações independentes da execução orçamentária.

A alienação de bens deve ser evidenciada nas variações decorrentes da execução orçamentária.

Gabarito: Errado

43. (CESPE/Auditor/TCU/2015) O lançamento contábil da aquisição de veículo a prazo, por um ente público, caracteriza-se como uma variação patrimonial quantitativa por ser de caráter compensatório.

Comentários

Na aquisição de veículo a prazo temos uma variação patrimonial qualitativa.

Gabarito: Errado

44. (CESPE/Contador/FUB/2015) A baixa de um bem inservível deve ser classificada como variação patrimonial qualitativa, visto que, no momento de sua desincorporação, não haverá ingresso ou saída de recursos no órgão público.

Comentários

A baixa de um bem inservível deve ser classificada como variação patrimonial quantitativa diminutiva. Apesar de não haver ingresso ou saída de recursos no órgão público, há uma baixa no ativo sem o correspondente aumento do ativo ou diminuição no passivo.

Gabarito: Errado

45. (CESPE/Contador/FUB/2015) Ao efetuar a compra de material de consumo que ficará em estoque para uso em outro exercício, registra-se uma operação que resulta em uma variação patrimonial aumentativa.

Comentários

No momento da liquidação e incorporação ao estoque do material de consumo temos o seguinte registro:

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.5.6.x.xx.xx Estoque - Almoxarifado

C 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)

Observe que não há reconhecimento de VPA, logo estamos diante de uma variação patrimonial qualitativa.

Gabarito: Errado

46. (CESPE/Contador/FUB/2015) Representa uma variação patrimonial quantitativa diminutiva a atualização de uma dívida a pagar de longo prazo contratada pelo setor público em moeda estrangeira, em virtude de desvalorização da moeda nacional.

Comentários

Se houve uma desvalorização da moeda nacional, estamos diante de uma variação cambial passiva, ou seja, a dívida realizada em moeda estrangeira irá aumentar sem o correspondente aumento do ativo. Logo, há o reconhecimento de uma VPD e consequentemente uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.

Gabarito: Certo



47. (CESPE/Analista/STJ/2015) Considere que, em determinada entidade governamental, os seguintes eventos contábeis tenham sido registrados em seu primeiro exercício financeiro.

Previsão da receita orçamentária e fixação da despesa orçamentária no valor de R\$ 280.000,00.

Lançamento de impostos no valor de R\$ 170.000,00, sendo arrecadados 50% desse valor.

Empenho, liquidação e pagamento de despesas com folha de pessoal no valor de R\$ 60.000,00.

Empenho, liquidação e pagamento de serviços de terceiros no valor de R\$ 20.000,00.

Aquisição de veículo no valor de R\$ 42.000,00, com recebimento imediato do bem, totalmente inscrito em restos a pagar.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente acerca das definições e da estrutura das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

Na elaboração da demonstração das variações patrimoniais, a aquisição do veículo compõe o rol das variações patrimoniais aumentativas.

Comentários

Na aquisição de um veículo temos uma variação patrimonial qualitativa, pois não há impacto no patrimônio líquido, ou seja, não há reconhecimento de VPA ou VPD.

Gabarito: Errado

48. (CESPE/Analista/STJ/2015) A extinção de um passivo sem o desaparecimento de um ativo de igual ou maior valor ensejará o registro da realização de uma variação patrimonial aumentativa.

Comentários

Perfeito! Se há uma baixa de um passivo sem a correspondência no ativo, temos um aumento do patrimônio líquido decorrente do reconhecimento de uma receita (VPA).

Gabarito: Certo

49. (CESPE/Analista/CNJ/2013)

A Aprovação da Lei Orçamentária Anual no valor de R\$ 200.000,00;

B Lançamento de impostos no valor de R\$ 120.000,00, sendo arrecadados R\$ 100.000,00;

C Compra de imóvel a vista no valor de R\$ 70.000,00;

D Recebimento de veículo em doação no valor de R\$ 20.000,00;

E Despesas de água, luz e telefone no valor de R\$ 40.000,00, com valor total inscrito em restos a pagar.

Considerando os eventos acima, relativos ao encerramento do primeiro exercício financeiro de determinada entidade governamental, julgue o item que se segue acerca do fechamento de suas demonstrações contábeis.

O resultado patrimonial do exercício, relativo à demonstração das variações patrimoniais, foi superavitário em R\$ 60.000,00.

Comentários

Vamos analisar as operações destacadas pela questão.



A Não afeta o resultado patrimonial

B + R\$ 120.000,00 (variação ativa orçamentária). Aqui usamos o reconhecimento da receita pelo enfoque patrimonial (VPA).

C Não afeta o resultado patrimonial, pois trata-se de mero fato permutativo (sai dinheiro do caixa e entra o imóvel)

D + R\$ 20.000,00 (variação ativa extraorçamentária)

E - R\$ 40.000,00 (Variação passiva orçamentária)

Sendo assim, o resultado patrimonial é **superavitário em R\$ 100.000,00** (R\$ 120.000,00 + R\$ 20.000,00 - R\$ 40.000,00)

Gabarito: Errado

50. (CESPE/Analista/ANATEL/2009) O resultado patrimonial do exercício corresponde à diferença entre o total das variações ativas — orçamentárias e extraorçamentárias — e o total das variações passivas — orçamentárias e extraorçamentárias. Se houver superavit, este deverá ser acrescido ao saldo patrimonial, do lado do passivo, no balanço patrimonial.

Comentários

De fato, o resultado patrimonial do exercício corresponde à diferença entre o total das variações ativas (VAO + VAEO) e o total das variações passivas (VPO + VAPEO). Assim, temos:

Resultado Patrimonial = (VAO + VAEO) - (VPO + VAPEO), onde

VAO = Variação Ativa Orçamentária

VAEO = Variação Ativa Extraorçamentária

VPO = Variação Passiva Orçamentária

VAPEO = Variação Passiva Extraorçamentária

Esse valor será transportado ao final do exercício financeiro para o Balanço Patrimonial, integrando-se ao Saldo Patrimonial denominado de Ativo Real Líquido, se for positivo, no lado do passivo e de Passivo Real a Descoberto, se for negativo, no lado do ativo.

Gabarito: Certo

51. (CESPE/Analista/TRE-RJ/2012)

Empenhos liquidados (despesas correntes)	3.000
Empenhos liquidados (despesas de capital)	4.000
Receitas correntes arrecadadas	5.000
Receitas de capital arrecadadas	6.000
Saldo financeiro para o exercício seguinte	6.000
Restos a pagar de 2010 e pagos em 2011	3.000
Pagamentos realizados referentes aos empenhos emitidos em 2011	4.000



Considerando-se a tabela acima, em que são apresentados os saldos, em reais, de uma unidade gestora hipotética X, em 31/12/2011, é correto afirmar que

o resultado patrimonial apurado foi de R\$ 2.000,00.

Comentários

O resultado Patrimonial é a diferença entre as variações ativas e as variações passivas, calculado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Vamos identificar os fatos apresentados na questão, identificando aqueles que afetam o Resultado Patrimonial.

Fato 1: Empenhos liquidados (despesas correntes) = tal fato é uma variação passiva decorrente da execução orçamentária, afetando, portanto, negativamente o Resultado Patrimonial. **(-) 3.000**

Fato 2: Empenhos liquidados (despesas de capital) = tal fato é uma mutação ativa, portanto um fato permutativo, pois temos uma saída de recursos financeiros do caixa e em contrapartida reconhecemos um bem no ativo. Assim, não há afetação no Resultado Patrimonial.

Fato 3: Receitas correntes arrecadadas = tal fato é uma variação ativa decorrente da execução orçamentária, afetando, portanto, positivamente o Resultado Patrimonial. **(+) 5.000**

Fato 4: Receitas de capital arrecadadas = tal fato é uma mutação passiva, portanto, um fato permutativo, pois temos a entrada de recursos financeiros no caixa e em contrapartida reconhecemos uma obrigação no passivo. Assim, não há afetação no Resultado Patrimonial.

Fato 5: Pagamento de Restos a Pagar = trata-se de fato permutativo, pois temos uma saída de recursos financeiros do caixa e em contrapartida há a baixa de uma obrigação. Portanto, não afeta o resultado patrimonial.

Portanto, temos:

Resultado Patrimonial = R\$ 2.000,00

(+) 5.000

(-) 3.000

Gabarito: Certo

52. (CESPE/Analista/TRE-RJ/2012) Na demonstração das variações patrimoniais, a dívida ativa é classificada juntamente com as variações passivas, no grupo das receitas extraorçamentárias.

Comentários

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja liquidez e certeza foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas acordadas.

Portanto, não podemos confundir com a Dívida Pública (passiva), pois estas representam obrigações do Ente!

Além disso, considerando o Ente como um todo, a inscrição em Dívida Ativa representa uma Variação Qualitativa, um fato permutativo.

Gabarito: Errado

53. (CESPE/Analista/TRE-TO/2007) O resultado patrimonial do exercício é apurado pela diferença entre

- a) receitas orçamentárias e despesas orçamentárias.
- b) mutações patrimoniais ativas e mutações patrimoniais passivas.



- c) ativo e passivo.
- d) variações ativas e variações passivas.
- e) ativo real e passivo real.

Comentários

Vamos analisar as opções.

- a. **Errada.** O confronto da execução das receitas e despesas orçamentárias nos dá o resultado orçamentário.
- b. **Errada.** A diferença entre as mutações não está ligada ao resultado patrimonial.
- c. **Errada.** A diferença entre o ativo e o passivo não está atrelada ao resultado patrimonial. Resulta no patrimônio líquido da entidade. Essa equação é utilizada na contabilidade societária. No âmbito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o patrimônio líquido resulta do confronto entre o ativo real e o passivo real, conforme comentado abaixo.
- d. **Certa.** O resultado Patrimonial é a diferença entre as variações ativas e as variações passivas, calculado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Por oportuno, cabe destacar que o resultado patrimonial não se confunde com os resultados apurados no balanço orçamentário e no balanço financeiro, pois estes últimos não sofrem interferências das mutações.
- e. **Errada.** A diferença entre ativo real e passivo real resulta no saldo patrimonial, que pode ser positivo ou negativo. Caso seja negativo, denomina-se "passivo real a descoberto". Caso seja positivo denomina-se "ativo real líquido".

Gabarito: D

54. (VUNESP/Concurso Unificado Promoção/APOFP/SP/2017) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o resultado patrimonial do Estado foi alterado em

- a) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- b) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- c) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- d) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- e) 22 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.

Comentários

Traduzindo...

17 de janeiro de 2017: lançamento → surge a VPA

15 de fevereiro de 2017: arrecadação

22 de fevereiro de 2017: recolhimento

Por ocasião do lançamento há a ocorrência do fato gerador da VPA e, portanto, devemos reconhecê-la, impactando positivamente o resultado patrimonial.

Gabarito: A

55. (VUNESP/Agente/CM Jabo/2015) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará



- a) o resultado patrimonial do exercício.
- b) o lucro social do exercício.
- c) o superávit ou déficit líquido acumulado.
- d) o superávit ou déficit social acumulado.
- e) o resultado social do exercício e acumulado.

Comentários

Exigência literal da Lei n. 4.320/64. Nos termos do seu art. 104:

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Veja que o resultado patrimonial do exercício é indicado na DVP. Não caia na pegadinha clássica em que o examinador afirma que o resultado patrimonial é indicado no balanço patrimonial. Neste há indicação do saldo patrimonial. Destaca-se, ainda, que o resultado patrimonial calculado na DVP compõe o saldo patrimonial indicado no balanço patrimonial.

Gabarito: A

56. (VUNESP/Analista/Pref. SP/2015) O Resultado Patrimonial observado após o final de um exercício e destacado em demonstrativo específico indica

- a) o confronto entre o total das variações aumentativas e diminutivas.
- b) o fluxo de valores compensatórios com reflexos contingentes, dentre outros.
- c) a variação econômica resultante das variações de estoques de dívidas.
- d) o resultado econômico decorrente do total dos ingressos e das saídas de recursos.
- e) as variações patrimoniais decorrentes do plano de trabalho previsto em orçamento.

Comentários

Segundo o MCASP, **o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas (VPAs) e diminutivas (VPDs).**

Gabarito: A

57. (VUNESP/Assistente/CM Caieiras/2015) Segundo o art. 104 da Lei n. 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício. Essas variações são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, bem como decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido e são denominadas

- a) subsidiadas e de cumprimento.
- b) quantitativas e qualitativas.
- c) tempestivas e financeiras.
- d) qualitativas e econômicas.



e) patrimoniais e financeiras.

Comentários

Tranquilo! Como estudamos, as variações podem ser quantitativas ou qualitativas.

Variações quantitativas: são aquelas decorrentes de transações no setor público que **aumentam ou diminuem o patrimônio líquido**.

Variações qualitativas: são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Gabarito: B

58. (CESGRANRIO/Analista/IBGE/2013) Nos termos das normas em vigor para o setor público, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações, geradas pela Contabilidade do aludido setor público, promovendo a transparência de seus resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial. Nesse contexto, a Lei nº 4.320/64, em seu art. 104, estabelece que uma das demonstrações contábeis evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, durante o exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O trecho acima transcrito da Lei supracitada refere-se à Demonstração

- a) Patrimonial
- b) Financeira
- c) Orçamentária
- d) Fluxo de Caixa
- e) das Variações Patrimoniais

Comentários

Questão dada! Conforme estudamos,

*Art. 104. A **Demonstração das Variações Patrimoniais** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.*

Gabarito: E

59. (CESGRANRIO/Analista/IBGE/2013) As alterações ocorridas no patrimônio das entidades do setor público, nos termos do Manual de Contabilidade aplicada a tais entidades, consistem em variações quantitativas e qualitativas.

Em relação a essas variações no patrimônio, considere as afirmativas abaixo.

I - Variações qualitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio, ou seja, que não alteram o valor do patrimônio líquido.

II - Variações quantitativas são aquelas em que ocorrem transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

III - Variações qualitativas e quantitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio que podem alterar o valor do patrimônio líquido.



É correto o que se afirma em

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

I – **Certo**. Segundo o MCASP, as variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

II – **Certo**. Segundo o MCASP, são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações patrimoniais quantitativas subdividem-se em:

- Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): quando aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial);
- Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): quando diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

III – **Errado**. As variações qualitativas não alteram o valor do PL.

Gabarito: C



LISTA DAS QUESTÕES

1. (FGV/Auditor/CGU/2022) Entre as alterações decorrentes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no âmbito do setor público, está a maior correspondência da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) à lógica da Demonstração do Resultado do Exercício, publicada por entidades privadas. Um servidor recém-empossado em uma entidade pública, com larga experiência anterior como contador em uma entidade privada, foi designado para analisar a DVP da entidade em que atua e apresentar suas considerações para composição do relatório de prestação de contas do exercício. Na apresentação, o servidor foi bem assertivo em apontar elementos relevantes para análise e compreensão da DVP, dentre os quais destaca-se que:

- a) a DVP concebe o resultado patrimonial como o principal indicador de desempenho das entidades públicas;
- b) a DVP relativa a uma entidade específica deve excluir as transações de natureza intraorçamentárias;
- c) as variações patrimoniais diminutivas devem ser apresentadas de acordo com o método da natureza;
- d) as variações patrimoniais diminutivas podem ser apresentadas pelo método da função, mediante declaração de política contábil;
- e) na opção pelo método da função, deve ser adotada a classificação funcional utilizada na execução orçamentária.

2. (FGV/Analista/TCE-TO/2022) Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas diferentes classes de contas definidas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Para a elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), a entidade deve usar as classes de contas relativas a:

- a) atos potenciais ativos e passivos;
- b) fatos permutativos e modificativos;
- c) superveniências e insubsistências ativas e passivas;
- d) variações patrimoniais aumentativas e diminutivas;
- e) variações decorrentes e independentes da execução orçamentária.

3. (FGV/Perito/PC-AM/2022) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Assinale a opção que indica um fato contábil orçamentário que é demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- a) Inscrição da dívida ativa.
- b) Receita tributária.
- c) Recebimento de cauções.
- d) Compra de estoque.
- e) Recebimento de cota para pagamento de restos a pagar.



4. (FGV/Analista/TJDFT/2022) Nos termos da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Porém, a NBC TSP11 e o MCASP acrescentam algumas diretrizes para a elaboração dessa demonstração.

Dentre as opções a seguir, a única que está alinhada com as diretrizes do MCASP é:

- a) a adoção do método da natureza na apresentação das variações patrimoniais diminutivas é facultativa para todos os entes;
- b) a DVP será elaborada a partir das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP relativas a informação de natureza patrimonial;
- c) contas intraorçamentárias devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente;
- d) itens de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas devem ser compensados se resultarem em informação mais relevante;
- e) o método da função é uma alternativa para apresentação das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

5. (FGV/Contador/TJ-TO/2022) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é de elaboração e publicação obrigatórias desde a Lei nº 4.320/1964, mas no contexto do processo de convergência e das disposições da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem atualizado a sua estrutura. A partir desse contexto normativo, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP):

- a) desconsidera transações de natureza intraorçamentária;
- b) deve detalhar as variações patrimoniais aumentativas, conforme a categoria econômica;
- c) deve detalhar as variações patrimoniais diminutivas, conforme o método da natureza;
- d) deve ser elaborada a partir de modelo analítico por entidades com autonomia orçamentária e financeira;
- e) reflete preferencialmente os impactos patrimoniais independentes da execução orçamentária.

6. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, evidenciará as alterações verificadas no patrimônio do ente ao longo do exercício financeiro. De acordo com o MCASP, tais alterações:

- a) devem considerar operações extraorçamentárias;
- b) devem se circunscrever à execução orçamentária;
- c) permitem avaliar o desempenho financeiro do ente;
- d) possibilitam a apuração do resultado patrimonial do exercício;
- e) são registradas nas contas das classes 1 e 2 do PCASP.

7. (FGV/Analista/TCE-TO/2022) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é uma das demonstrações obrigatórias para as entidades públicas, com o objetivo de evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício. Ao elaborar a DVP de uma entidade pública individual, deve-se observar que as variações patrimoniais diminutivas serão:



- a) apresentadas conforme a abordagem da natureza, como detalhado no PCASP;
- b) compensadas com as variações aumentativas diretamente associadas;
- c) detalhadas excluindo as despesas de natureza intraorçamentária;
- d) discriminadas conforme o impacto qualitativo ou quantitativo na situação líquida patrimonial;
- e) evidenciadas prioritariamente segundo o método da função da despesa.

8. (FGV/Contador/CM Aracaju/2021) Em um dado exercício, uma entidade pública fez um processo licitatório para aquisição de materiais para estoque no valor de R\$ 450.000,00 e adota a prática de manter o controle patrimonial do estoque. Considere que a aquisição de estoques descrita na questão anterior foi a única efetuada pela entidade naquele exercício e que, ao longo do exercício, foram requisitados e consumidos 2/3 dos itens adquiridos na compra. Nesse caso, a demonstração das variações patrimoniais da entidade no referido exercício deverá registrar:

- a) uma variação patrimonial aumentativa de R\$ 150.000,00;
- b) uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 300.000,00;
- c) uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 450.000,00;
- d) uma variação patrimonial qualitativa de R\$ 450.000,00;
- e) uma despesa corrente de R\$ 300.000,00.

9. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) A Demonstração das Variações Patrimoniais tem sua elaboração com base nas contas contábeis, conforme modelo definido pelo PCASP, sendo utilizadas:

- a) as classes 3 – variações patrimoniais aumentativas e 4 – variações patrimoniais diminutivas;
- b) as classes 5 – variações patrimoniais diminutivas e 6 – variações patrimoniais aumentativas;
- c) as classes 4 – variações patrimoniais diminutivas e 5 – variações patrimoniais aumentativas;
- d) as classes 1 – variações patrimoniais diminutivas e 2 – variações patrimoniais aumentativas;
- e) as classes 3 – variações patrimoniais diminutivas e 4 – variações patrimoniais aumentativas.

10. (FGV/Auditor/MPE-AL/2018) As Demonstrações das Variações Patrimoniais evidenciam as variações verificadas no patrimônio e indicam o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações

- a) qualitativas e quantitativas.
- b) quantitativas aumentativas e diminutivas.
- c) qualitativas aumentativas e diminutivas.
- d) orçadas e executadas.
- e) orçadas e liquidadas.

Considere os dados do Quadro 02 a seguir, originados do sistema de contabilidade de uma entidade pública, relativos ao último exercício financeiro:



Descrição	Valor
Amortização de empréstimos	110.000,00
Aquisição de veículos	130.000,00
Baixa de ativos por obsolescência	32.000,00
Bens recebidos em doação	25.000,00
Construção de imóveis	690.000,00
Contratação de operações de crédito	250.000,00
Doação de bens inservíveis	18.000,00
Ganhos na alienação de bens	11.000,00
Juros e encargos da dívida	37.000,00
Perdas de ativos por furto	45.000,00
Receitas derivadas	415.000,00
Redução ao valor recuperável de ativos	21.000,00
Transferências recebidas	200.000,00

11. (FGV/Especialista/ALE RJ/2017) A partir dos dados apresentados, as operações que causam redução no patrimônio líquido da entidade totalizam:

- a) 135.000,00; b) 153.000,00; c) 263.000,00; d) 513.000,00; e) 1.180.000,00.

12. (FGV/Especialista/ALE RJ/2017) Considerando os dados apresentados no Quadro 02, o total das operações que não têm impacto no patrimônio é:

- a) 1.510.000,00; b) 1.423.000,00; c) 1.187.000,00; d) 1.180.000,00; e) 820.000,00.

Considere as informações apresentadas a seguir, extraídas dos registros contábeis diários de uma entidade do setor público:

Fato	Valor contábil
Aquisição de veículo à vista	47.200,00
Recebimento à vista por serviços prestados	37.100,00
Despesa com aluguel de espaço para atendimento ao público	21.800,00
Pagamento de parcela de empréstimo contraído	10.000,00
Doação de bens inservíveis	8.700,00
Aquisição de materiais de expediente para estoque à vista	6.100,00
Depreciação de imóveis	2.900,00
Recebimento de rendimento de aplicação financeira	1.600,00

13. (FGV/Analista/IBGE/2017) A partir das informações, a confrontação entre as transações que geram variação aumentativa e diminutiva no patrimônio líquido da entidade permite apurar um resultado de:

- a) -4.700,00; b) -800,00; c) 2.100,00; d) 5.300,00; e) 7.900,00.



14. (FGV/Analista/IBGE/2017) A partir das informações e das disposições do MCASP quanto ao registro de transações no setor público, as transações que NÃO tiveram efeito no patrimônio líquido da entidade totalizam:

- a) 53.300,00; b) 57.200,00; c) 63.300,00; d) 69.400,00; e) 72.000,00.

15. (FGV/Analista/IBGE/2016) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem como objetivos evidenciar as alterações verificadas no patrimônio e indicar o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Dos itens a seguir, o único que NÃO contribui positivamente para esse resultado é:

- a) subvenções econômicas;
- b) desincorporação de passivos;
- c) remuneração de depósitos bancários;
- d) transferências de consórcios públicos;
- e) exploração de bens, direitos e prestação de serviços.

16. (FGV/Analista/IBGE/2016) As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Uma entidade deve reconhecer uma variação patrimonial quantitativa quando:

- a) adquire um veículo;
- b) aliena ativos imobilizados;
- c) apropria juros incorridos;
- d) contrata uma apólice de seguro;
- e) contrata uma operação de crédito.

17. (FCC/Analista/TCE-GO/2022) A Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao exercício financeiro de 2021 de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, evidencia

- a) o recebimento efetivo, em novembro de 2021, de doações e subvenções.
- b) os dispêndios extraorçamentários com a devolução de caução recebida em agosto de 2021.
- c) os aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários.
- d) os pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas, cuja prestação de serviço para a entidade ocorreu de janeiro a junho de 2022.
- e) a receita de capital arrecadada com a alienação de um veículo, cujo valor líquido contábil apurado no momento da venda foi igual ao valor total obtido com a alienação.

Atenção: Para responder à questão, considere as seguintes transações de uma entidade pública ocorridas no mês de fevereiro de 2022:

- Recebimento de Transferências Correntes intragovernamentais no valor de R\$ 1.600.000,00, referentes ao mês de fevereiro de 2022.
- Lançamento e arrecadação do valor principal de receitas de Taxas no valor de R\$ 650.000,00.



- Lançamento do valor principal de receitas de Contribuições de Melhoria no valor de R\$ 110.000,00. O valor lançado foi arrecadado em março de 2022.
- Arrecadação do valor principal de receitas de Serviços e Atividades Financeiras no valor de R\$ 19.500,00. Tais receitas são referentes ao mês de janeiro de 2022.
- Arrecadação de receitas de Alienação de Bens Móveis no valor de R\$ 87.200,00. Os bens móveis foram vendidos em fevereiro de 2022 por valor acima do valor contábil, com registro de ganho com a alienação de R\$ 8.250,00.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, referentes ao mês de fevereiro de 2022, no valor de R\$ 790.000,00.
- Empenho de despesa corrente referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, contratados para a manutenção predial da entidade, no valor de R\$ 31.600,00. O serviço foi prestado e a despesa foi liquidada e paga, pelo valor total do empenho, em abril de 2022.
- Pagamento de despesa corrente referente a Serviços de Consultoria no valor de R\$ 43.000,00. O serviço foi prestado e a despesa foi liquidada em janeiro de 2022.
- Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2021, referentes a despesas correntes com Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 74.000,00.
- Devolução de depósito caução no valor de R\$ 52.000,00.
- Reconhecimento de ajustes de perdas de estoques no valor de R\$ 11.600,00.
- Reconhecimento da depreciação mensal dos bens imóveis no valor de R\$ 69.000,00.

18. (FCC/TRT-4/2022) Com base nessas transações tomadas em conjunto, o resultado patrimonial da entidade pública referente ao exercício financeiro de 2022 foi impactado, pelas transações ocorridas no mês de fevereiro desse ano,

- a) positivamente pelo valor de R\$ 1.397.700,00
- b) negativamente pelo valor de R\$ 102.350,00
- c) positivamente pelo valor de R\$ 1.445.650,00
- d) positivamente pelo valor de R\$ 1.486.100,00
- e) positivamente pelo valor de R\$ 1.497.650,00

Atenção: Para responder à questão, considere as transações de uma entidade pública estadual, ocorridas no mês de março de 2022 e descritas nos itens a seguir.

- I. Recebimento de Transferências Correntes intragovernamentais no valor de R\$ 3.850.000,00. O fato gerador desta receita ocorreu no mês de março de 2022.
- II. Lançamento do valor principal de receitas de Contribuições no valor de R\$ 260.000,00. O valor lançado foi arrecadado no mês de abril de 2022.
- III. Recebimento de depósito caução no valor de R\$ 140.000,00. O valor recebido foi integralmente devolvido no mês de maio de 2022.
- IV. Arrecadação do valor principal de receitas de Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado no valor de R\$ 23.000,00. O fato gerador desta receita ocorreu no mês de fevereiro de 2022.



V. Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 920.000,00.

VI. Empenho de despesa corrente com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 7.400,00. O serviço contratado é referente à manutenção de bens móveis da entidade e foi integralmente prestado, liquidado e pago no mês de abril de 2022.

VII. Liquidação e pagamento de despesa corrente com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física no valor de R\$ 11.000,00. A nota de empenho de tal despesa foi emitida no mês de fevereiro de 2022 e o serviço contratado é referente à limpeza da fachada da entidade, integralmente prestado no mês de março de 2022.

VIII. Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2021 no valor de R\$ 2.000,00. Tais restos a pagar se referem a despesas correntes com aquisição de material de limpeza que foram integralmente recebidos e utilizados pela entidade no mês de dezembro de 2021.

IX. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 59.500,00, de provisões trabalhistas.

X. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 33.000,00, de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

XI. Reconhecimento, pelo valor de R\$ 16.000,00, de amortização mensal do ativo intangível.

19. (FCC/TRT-9/2022) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado patrimonial da entidade pública estadual foi impactado pelas transações ocorridas no mês de março de 2022, positivamente, pelo valor, em reais, de

- a) 3.070.500,00. b) 4.141.500,00. c) 4.001.500,00. d) 3.210.500,00. e) 3.080.000,00.

20. (FCC/Analista/Recife/2019) Atenção: Para responder à questão, considere as transações a seguir, ocorridas em dezembro de 2018 em um ente público municipal:

- Lançamento e arrecadação de Receita Tributária no valor de R\$ 9.000.000,00.
- Recebimento, no valor de R\$ 1.200.000,00, de créditos tributários inscritos em dívida ativa em outubro de 2017.
- Pagamento dos salários dos servidores, no valor de R\$ 6.350.000,00, referentes a novembro de 2018.
- Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 8.600.000,00, referentes a dezembro de 2018. O pagamento da despesa foi realizado em janeiro de 2019.
- Reconhecimento da depreciação mensal do ativo imobilizado no valor de R\$ 1.100.000,00.
- Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 200.000,00, referente ao ativo intangível com vida útil indefinida.
- Pagamento, no valor de R\$ 820.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2017 referentes a despesas correntes com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Com base nessas transações tomadas em conjunto, em dezembro de 2018, o resultado patrimonial do referido ente público municipal referente ao exercício financeiro de 2018 teve

- a) uma redução de R\$ 520.000,00. b) um aumento de R\$ 530.000,00.
c) uma redução de R\$ 700.000,00. d) um aumento de R\$ 300.000,00.
e) uma redução de R\$ 900.000,00.

21. (FCC/Analista/TRE-PR/2017) Atenção: Utilize as informações abaixo para responder à questão.



As seguintes informações foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado Tribunal Regional Eleitoral referentes a transações ocorridas no mês de maio de 2017:

- Liquidação da despesa corrente com pessoal e encargos sociais, referente ao mês de maio de 2017, no valor de R\$ 900.000,00, cujo pagamento ocorreu em junho de 2017.
- Liquidação da despesa orçamentária com ajuda de custo concedida a juízes para moradia, referente ao mês de maio de 2017, no valor de R\$ 80.000,00, cujo pagamento ocorreu no mês de junho de 2017.
- Pagamento do auxílio-transporte aos servidores que trabalham no setor administrativo, referente ao mês de abril de 2017, no valor de R\$ 20.000,00.
- Empenho da despesa com a aquisição de um veículo no dia 01/05/2017 no valor de R\$ 90.000,00. O veículo foi entregue e colocado em uso no dia 31/05/2017 e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada e paga.
- Reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de imóveis no dia 31/05/2017 no valor de R\$ 15.000,00.
- Empenho da despesa com material de consumo no dia 31/05/2017 no valor de R\$ 17.000,00. O fornecedor entregou os itens adquiridos em junho de 2017.
- Liquidação da despesa com serviços de terceiros – pessoa física no valor de R\$ 30.000,00, referente à limpeza do edifício-sede do Tribunal no mês de maio de 2017, cujo pagamento ocorreu em junho de 2017.
- Liquidação e reconhecimento do direito relativo a um suprimento de fundos no valor de R\$ 900,00.

Com base nessas transações tomadas em conjunto, o resultado patrimonial do mês de maio de 2017 foi, em reais, negativo em

- a) 1.042.000,00. b) 1.025.900,00. c) 1.025.000,00. d) 1.014.100,00. e) 950.000,00.

22. (FCC/Especialista/ARTESP/2017) Atenção: Para responder à questão, considere as informações abaixo.

Considere as seguintes informações extraídas do sistema de contabilidade de uma autarquia estadual referentes ao mês de novembro de 2016:

- Empenho e liquidação da despesa com material de consumo no valor de R\$ 200.000,00. O material foi entregue pelo fornecedor em 16/11/2016 e foi pago em dezembro de 2016.
- Lançamento e arrecadação de receitas de valores mobiliários no valor de R\$ 420.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de novembro de 2016.
- Lançamento de receitas de concessão e permissão no valor de R\$ 945.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de novembro de 2016.
- Arrecadação de receitas de concessão e permissão no valor de R\$ 220.000,00, já reconhecidas anteriormente conforme o regime de competência.
- Pagamento dos salários referentes a outubro de 2016 dos funcionários da área administrativa no valor de R\$ 150.000,00.
- Utilização de material de consumo na prestação de serviços no valor de R\$ 185.000,00.
- Reconhecimento da depreciação mensal do ativo imobilizado no valor de R\$ 306.000,00.
- Empenho e liquidação da despesa com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 88.000,00 referente à prestação de serviços de manutenção predial. – Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 56.000,00 referente a bens entregues em meses anteriores.



O resultado patrimonial de novembro de 2016 foi superavitário em

- a) R\$ 786.000,00. b) R\$ 61.000,00. c) R\$ 771.000,00. d) R\$ 874.000,00. e) R\$ 352.000,00.

23. (FCC/Analista/TRT24/2017) Considere os fatos relacionados, abaixo, referentes ao exercício financeiro de 2016 de uma entidade pública governamental:

– Liquidação de despesas com:

- Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 7.860.000,00.
- Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 140.000,00.
- Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 874.000,00.
- Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.330.000,00.

– Pagamento de despesas com:

- Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 7.640.000,00.
- Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 130.000,00.
- Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: R\$ 650.000,00.
- Investimentos – Equipamentos e Material Permanente: R\$ 2.180.000,00.

– Pagamento de Restos a Pagar Processados (referentes a despesas correntes) no valor de R\$ 498.000,00.

– Depreciação do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 340.000,00.

– Amortização do Ativo Intangível no valor de R\$ 110.000,00.

– Restituição de Depósitos Cauções no valor de R\$ 32.000,00.

Informações Adicionais:

- A despesa com Pessoal e Encargos sociais é relativa à manutenção das atividades governamentais.
- Do material de consumo adquirido, foram consumidos R\$ 524.000,00 em 2016 e não havia estoque inicial em 2016.
- Os serviços de terceiros (pessoa jurídica) referem-se à manutenção de equipamentos de informática. Tais gastos não geraram alteração na vida útil econômica dos mesmos.

Com base nessas informações, o valor total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas referentes ao exercício financeiro de 2016 foi, em reais,

- a) 9.006.000,00 b) 8.974.000,00 c) 9.324.000,00 d) 8.744.000,00 e) 11.654.000,00

24. (FCC/Analista/TRE-SP/2017) Considere as seguintes transações realizadas por determinada entidade do setor público, no exercício de 2016.

Alienação de bens imóveis	150.000
Arrecadação de impostos concomitante ao fato gerador	290.000
Empenho de despesa c/ serviços de pintura em escolas públicas	85.000
Aquisição de materiais de almoxarifado p/ consumo em 2017	40.000
Veículos recebidos em doação de pessoa jurídica	140.000
Valores repassados pela União referente ao FDE	190.000
Empenho de despesa com coleta de lixo nos hospitais públicos	180.000
Ganhos com alienação do imobilizado	70.000
Depreciação de bens móveis	30.000
Arrecadação de multas aplicadas em rodovias estaduais	60.000
Empenho de despesa com pessoal ativo	245.000

Nota: Todas as despesas empenhadas foram liquidadas e pagas no próprio exercício. Todas as receitas foram arrecadadas no próprio exercício.



As variações patrimoniais aumentativas e o resultado patrimonial somam, respectivamente,

- a) 750.000 e 210.000.
- b) 710.000 e 170.000.
- c) 900.000 e 360.000.
- d) 680.000 e 140.000.
- e) 610.000 e 240.000.

Atenção: Para responder às questões a seguir, considere as informações abaixo.

Um Tribunal Regional do Trabalho registrou as seguintes transações no exercício financeiro de 2016:

- I. Aumento de dívida a pagar em razão de variação monetária, no valor de R\$ 15.000,00, referente a 2016.
- II. Reconhecimento da parcela anual da depreciação de um veículo referente a 2016. O valor depreciável do ativo era R\$ 32.500,00 quando foi colocado em uso e o Tribunal utiliza o método das quotas constantes para calcular a depreciação deste ativo, cuja vida útil foi estimada em 5 anos.
- III. Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo no valor de R\$ 30.000,00 em 31/12/2016.
- IV. Empenho, liquidação e pagamento de despesa com material de expediente no valor de R\$ 2.500,00.
- V. Empenho e liquidação de bens imóveis no valor de R\$ 535.600,00 em 31/12/2016.
- VI. Recebimento de aluguel de imóveis referente ao exercício financeiro de 2016 no valor de R\$ 105.500,00, cujo direito não havia sido reconhecido no Ativo.

25. (FCC/Analista/TRT11/2017) A diferença entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, referentes ao exercício financeiro de 2016, foi positiva, em reais,

- a) 28.000,00
- b) 54.000,00
- c) 51.500,00
- d) 589.600,00
- e) 587.100,00

26. (FCC/Analista/TRT11/2017) São fatos permutativos as transações evidenciadas APENAS em:

- a) I e V.
- b) I e II.
- c) III e VI.
- d) IV e VI.
- e) IV e V.

27. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Um Hospital Público Estadual adquiriu à vista, no mês de maio de 2015, duas ambulâncias pelo valor de R\$ 170.000,00. Sob o aspecto patrimonial, a referida transação refere-se a uma

- a) variação patrimonial quantitativa.

- b) despesa de capital.

- c) inversão financeira.

- d) variação patrimonial qualitativa.

- e) variação patrimonial modificativa.

28. (FCC/Auditor Substituto de Conselheiro/TCM-RJ/2015) Antes do encerramento do exercício, em 31/12/2014, a contabilidade da Prefeitura Municipal de Gama ainda precisava registrar as transações, apresentadas a seguir, referentes ao mês de dezembro de 2014:

- Depreciação de veículo no valor de R\$ 250,00 referente ao mês de dezembro de 2014.
- Arrecadação de transferências correntes no valor de R\$ 10.000,00, cujo direito de recebimento já havia sido reconhecido pela contabilidade.
- Reconhecimento de perda por impairment no valor de R\$ 950,00 referente a um ativo intangível.
- Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 7.500,00.



- Utilização de medicamentos no valor de R\$ 6.000,00 na prestação de serviços de saúde.
- Empenho e liquidação da despesa com a aquisição de um aparelho por R\$ 15.000,00, cuja entrega pelo fornecedor ocorreu em 31/12/2014 e cujo pagamento ocorrerá em 2015.
- Empenho, liquidação e pagamento da despesa com amortização da dívida fundada no valor de R\$ 20.000,00.
- Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 13.000,00.
- Arrecadação de dívida ativa não tributária no valor de R\$ 14.000,00.

Considerando as demonstrações contábeis consolidadas do Município referentes a 2014, o impacto do registro das transações, tomadas em conjunto, no resultado patrimonial do exercício de 2014 foi, em reais,

- a) negativo em 7.200,00. b) positivo em 6.800,00. c) positivo em 16.800,00.
- d) negativo em 8.700,00. e) negativo em 12.200,00.

29. (FCC/Auditor Substituto de Conselheiro/TCM-RJ/2015) A redução da dívida consolidada referente à variação cambial é uma variação

- a) passiva decorrente da execução do orçamento e reduz a situação líquida patrimonial.
- b) ativa decorrente da execução do orçamento e reduz a situação líquida patrimonial.
- c) passiva independente da execução do orçamento e aumenta a situação líquida patrimonial.
- d) ativa independente da execução do orçamento e aumenta a situação líquida patrimonial.
- e) ativa decorrente da execução do orçamento e não afeta a situação líquida patrimonial.

30. (FCC/Auditor/CGM São Luís/2015) Uma transação que provoca uma variação patrimonial qualitativa decorrente da execução do orçamento é

- a) o pagamento a fornecedores de material de consumo após a liquidação da despesa.
- b) o empenho da despesa com pessoal e encargos classificada como despesa corrente.
- c) o recebimento de valores provenientes da venda de serviços concomitante com a prestação do serviço.
- d) a depreciação do ativo imobilizado.
- e) a devolução de um depósito caução.

31. (FCC/Analista/TCE-CE/2015) A autarquia hospitalar estadual Dr. Menezes de Cabral alienou dois veículos pelo valor total de R\$ 65.500,00, incluídos ganhos com alienação no valor de R\$ 4.500,00. Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T, nesta transação, sob o aspecto patrimonial, ocorreu uma

- a) receita patrimonial e variação patrimonial quantitativa no valor de R\$ 61.000,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.
- b) variação patrimonial quantitativa no valor de R\$ 65.500,00.
- c) receita de capital e variação patrimonial qualitativa no valor de R\$ 61.500,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.
- d) diminuição do ativo no valor de R\$ 65.500,00.
- e) variação patrimonial qualitativa e quantitativa no valor de R\$ 61.000,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.



32. (FCC/Analista/TCE-CE/2015) Uma variação patrimonial

- a) qualitativa altera o valor total do ativo e do patrimônio líquido concomitantemente pelo mesmo valor.
- b) quantitativa diminutiva reduz o ativo e têm como contrapartida a redução do passivo pelo mesmo valor.
- c) quantitativa aumentativa aumenta o ativo e têm como contrapartida a redução do passivo pelo mesmo valor.
- d) qualitativa pode aumentar um ativo e ter como contrapartida a redução de outro ativo pelo mesmo valor.
- e) quantitativa pode aumentar um ativo e um passivo concomitantemente pelo mesmo valor.

Considere as informações a seguir para responder às questões.

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

33. (CESPE/Analista/MPC-PA/2019) No primeiro exercício financeiro de uma entidade governamental, foram registrados os seguintes eventos contábeis.

- I Aprovação da LOA com receitas e despesas previstas e fixadas no valor de R\$ 250.000 (80% na categoria econômica corrente e 20% na categoria econômica de capital).
- II Lançamento de impostos no valor de R\$ 200.000, tendo sido arrecadados 70% desse valor.
- III Empenho, liquidação e pagamento de despesas com pessoal no valor de R\$ 80.000.
- IV Recebimento em doação de bem imóvel no valor de R\$ 100.000, para uso nas atividades administrativas.
- V Empenho e liquidação de despesas com água, luz e telefone no valor de R\$ 60.000, dos quais 50% foram pagos no exercício e 50%, inscritos em restos a pagar processados.
- VI Recebimento de depósitos restituíveis no valor de R\$ 20.000.

No rol das variações patrimoniais aumentativas da demonstração das variações patrimoniais (DVP) do exercício financeiro de que trata o texto 2A2-I, constavam impostos no valor de

- a) R\$ 140.000, correspondentes aos valores arrecadados no período.
- b) R\$ 160.000, correspondentes à soma entre os valores arrecadados e o ingresso de depósitos restituíveis.
- c) R\$ 200.000, correspondentes aos valores lançados no período.
- d) R\$ 220.000, correspondentes à soma entre os valores lançados e os depósitos restituíveis.
- e) R\$ 250.000, correspondentes à previsão de arrecadação no período.

34. (CESPE/Auditor/CGM João Pessoa/2018) De acordo com os procedimentos contábeis patrimoniais estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue o item a seguir.

O resultado patrimonial no setor público corresponde à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas, apurado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.



35. (CESPE/Auditor/CGM João Pessoa/2018) A demonstração das variações patrimoniais realiza o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurando o lucro ou prejuízo do exercício financeiro, nos moldes do que ocorre na demonstração do resultado do exercício do setor privado.

36. (CESPE/Auditor/TCE-PB/2018) Assinale a opção que apresenta um exemplo de evento contábil gerador de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa que deve ser evidenciada na demonstração das variações patrimoniais das entidades do setor público.

- a) obtenção de empréstimo ou financiamento de longo prazo
- b) obtenção de desconto em operação de natureza financeira
- c) gasto com ação de assistência social voltada à redução dos níveis de pobreza
- d) incorporação de imóvel adquirido de terceiros
- e) transferência de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos

37. (CESPE/Auditor/TCE-PE/2017) As variações patrimoniais devem ser reveladas pela contabilidade mesmo quando não resultem de execução orçamentária.

38. (CESPE/Analista/SEDF/2017) O cancelamento de uma dívida passiva de entidade pública provoca uma variação patrimonial aumentativa.

patrimonial quantitativa.

39. (CESPE/Analista/SEDF/2017) Entre as variações qualitativas do patrimônio público inclui-se a variação patrimonial considerada aumentativa.

40. (CESPE/Auditor/TCE-SC/2016) Independentemente de haver ingresso de recursos, as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens que resultem em aumento do patrimônio líquido deverão estar incluídas nas variações patrimoniais aumentativas da demonstração das variações patrimoniais.

41. (CESPE/Auditor/CGE-PI/2015) O resultado patrimonial do exercício é apurado na demonstração das variações patrimoniais pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas e as variações patrimoniais qualitativas.

42. (CESPE/Auditor/TCU/2015) Julgue o item, que diz respeito à estrutura e às características dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320/1964.

Na demonstração das variações patrimoniais, as variações decorrentes da execução orçamentária devem ser elencadas em separado daquelas que independem da execução, tais como a alienação de bens e direitos.

43. (CESPE/Auditor/TCU/2015) O lançamento contábil da aquisição de veículo a prazo, por um ente público, caracteriza-se como uma variação patrimonial quantitativa por ser de caráter compensatório.

44. (CESPE/Contador/FUB/2015) A baixa de um bem inservível deve ser classificada como variação patrimonial qualitativa, visto que, no momento de sua desincorporação, não haverá ingresso ou saída de recursos no órgão público.

45. (CESPE/Contador/FUB/2015) Ao efetuar a compra de material de consumo que ficará em estoque para uso em outro exercício, registra-se uma operação que resulta em uma variação patrimonial aumentativa.

46. (CESPE/Contador/FUB/2015) Representa uma variação patrimonial quantitativa diminutiva a atualização de uma dívida a pagar de longo prazo contratada pelo setor público em moeda estrangeira, em virtude de desvalorização da moeda nacional.



47. (CESPE/Analista/STJ/2015) Considere que, em determinada entidade governamental, os seguintes eventos contábeis tenham sido registrados em seu primeiro exercício financeiro.

Previsão da receita orçamentária e fixação da despesa orçamentária no valor de R\$ 280.000,00.

Lançamento de impostos no valor de R\$ 170.000,00, sendo arrecadados 50% desse valor.

Empenho, liquidação e pagamento de despesas com folha de pessoal no valor de R\$ 60.000,00.

Empenho, liquidação e pagamento de serviços de terceiros no valor de R\$ 20.000,00.

Aquisição de veículo no valor de R\$ 42.000,00, com recebimento imediato do bem, totalmente inscrito em restos a pagar.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente acerca das definições e da estrutura das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

Na elaboração da demonstração das variações patrimoniais, a aquisição do veículo compõe o rol das variações patrimoniais aumentativas.

48. (CESPE/Analista/STJ/2015) A extinção de um passivo sem o desaparecimento de um ativo de igual ou maior valor ensejará o registro da realização de uma variação patrimonial aumentativa.

49. (CESPE/Analista/CNJ/2013)

A Aprovação da Lei Orçamentária Anual no valor de R\$ 200.000,00;

B Lançamento de impostos no valor de R\$ 120.000,00, sendo arrecadados R\$ 100.000,00;

C Compra de imóvel a vista no valor de R\$ 70.000,00;

D Recebimento de veículo em doação no valor de R\$ 20.000,00;

E Despesas de água, luz e telefone no valor de R\$ 40.000,00, com valor total inscrito em restos a pagar.

Considerando os eventos acima, relativos ao encerramento do primeiro exercício financeiro de determinada entidade governamental, julgue o item que se segue acerca do fechamento de suas demonstrações contábeis.

O resultado patrimonial do exercício, relativo à demonstração das variações patrimoniais, foi superavitário em R\$ 60.000,00.

50. (CESPE/Analista/ANATEL/2009) O resultado patrimonial do exercício corresponde à diferença entre o total das variações ativas — orçamentárias e extraorçamentárias — e o total das variações passivas — orçamentárias e extraorçamentárias. Se houver superavit, este deverá ser acrescido ao saldo patrimonial, do lado do passivo, no balanço patrimonial.

51. (CESPE/Analista/TRE-RJ/2012)

Empenhos liquidados (despesas correntes)	3.000
Empenhos liquidados (despesas de capital)	4.000
Receitas correntes arrecadadas	5.000
Receitas de capital arrecadadas	6.000
Saldo financeiro para o exercício seguinte	6.000
Restos a pagar de 2010 e pagos em 2011	3.000



Pagamentos realizados referentes aos empenhos emitidos em 2011 4.000

Considerando-se a tabela acima, em que são apresentados os saldos, em reais, de uma unidade gestora hipotética X, em 31/12/2011, é correto afirmar que

o resultado patrimonial apurado foi de R\$ 2.000,00.

52. (CESPE/Analista/TRE-RJ/2012) Na demonstração das variações patrimoniais, a dívida ativa é classificada juntamente com as variações passivas, no grupo das receitas extraorçamentárias.

53. (CESPE/Analista/TRE-TO/2007) O resultado patrimonial do exercício é apurado pela diferença entre

- a) receitas orçamentárias e despesas orçamentárias.
- b) mutações patrimoniais ativas e mutações patrimoniais passivas.
- c) ativo e passivo.
- d) variações ativas e variações passivas.
- e) ativo real e passivo real.

54. (VUNESP/Concurso Promoção/APOFP/SP/2017) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o resultado patrimonial do Estado foi alterado em

- a) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- b) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- c) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- d) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- e) 22 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.

55. (VUNESP/Agente/CM Jabo/2015) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará

- a) o resultado patrimonial do exercício.
- b) o lucro social do exercício.
- c) o superávit ou déficit líquido acumulado.
- d) o superávit ou déficit social acumulado.
- e) o resultado social do exercício e acumulado.

56. (VUNESP/Analista/Pref. SP/2015) O Resultado Patrimonial observado após o final de um exercício e destacado em demonstrativo específico indica

- a) o confronto entre o total das variações aumentativas e diminutivas.
- b) o fluxo de valores compensatórios com reflexos contingentes, dentre outros.
- c) a variação econômica resultante das variações de estoques de dívidas.
- d) o resultado econômico decorrente do total dos ingressos e das saídas de recursos.
- e) as variações patrimoniais decorrentes do plano de trabalho previsto em orçamento.



57. (VUNESP/Assistente/CM Caieiras/2015) Segundo o art. 104 da Lei n. 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício. Essas variações são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, bem como decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido e são denominadas

- a) subsidiadas e de cumprimento.
- b) quantitativas e qualitativas.
- c) tempestivas e financeiras.
- d) qualitativas e econômicas.
- e) patrimoniais e financeiras.

58. (CESGRANRIO/Analista/IBGE/2013) Nos termos das normas em vigor para o setor público, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações, geradas pela Contabilidade do aludido setor público, promovendo a transparência de seus resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial. Nesse contexto, a Lei nº 4.320/64, em seu art. 104, estabelece que uma das demonstrações contábeis evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, durante o exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O trecho acima transcrito da Lei supracitada refere-se à Demonstração

- a) Patrimonial
- b) Financeira
- c) Orçamentária
- d) Fluxo de Caixa
- e) das Variações Patrimoniais

59. (CESGRANRIO/Analista/IBGE/2013) As alterações ocorridas no patrimônio das entidades do setor público, nos termos do Manual de Contabilidade aplicada a tais entidades, consistem em variações quantitativas e qualitativas.

Em relação a essas variações no patrimônio, considere as afirmativas abaixo.

I - Variações qualitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio, ou seja, que não alteram o valor do patrimônio líquido.

II - Variações quantitativas são aquelas em que ocorrem transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

III - Variações qualitativas e quantitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio que podem alterar o valor do patrimônio líquido.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III



GABARITO



GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.
C	D	B	C	C	D	A	B	E	B	B	D
13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.	22.	23.	24.
D	C	A	C	A	E	A	E	C	A	B	A
25.	26.	27.	28.	29.	30.	31.	32.	33.	34.	35.	36.
B	E	D	A	D	A	E	D	C	E	E	B
37.	38.	39.	40.	41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.
C	C	E	C	E	E	E	E	E	C	E	C
49.	50.	51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.	58.	59.	
E	C	C	E	D	A	A	A	B	E	C	



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.